

RELATÓRIO E CONTAS
Exercício de 2016

EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA

Índice

LISTA DE ACRÓNIMOS 2
ELECTRA EM NÚMEROS 9
ORGANIGRAMA DA ELECTRA, SA 10
ÓRGÃOS SOCIAIS (*) 11
FATOS RELEVANTES NA VIDA DA EMPRESA 13
ATIVIDADE OPERACIONAL 17
PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA 17
ENERGIA ELÉTRICA ENTREGUE À REDE 19
PRODUÇÃO DE ÁGUA 26
ÁGUA ENTREGUE À REDE 27
ATIVIDADE COMERCIAL 29
INVESTIMENTO 33
RECURSOS HUMANOS 35
INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 39
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS 49
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 56
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE 110
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO 117

LISTA DE ACRÓNIMOS

ADP- Águas de Portugal

AEB- Água e Eletricidade de Boa Vista

ARE- Agencia de Regulação Económica

BAICV- Banco Africano de Investimentos de Cabo Verde

BAI- Banco Angolano de Investimentos

BCA- Banco Comercial do Atlântico

BTE- Baixa Tensão Especial

BM- Banco Mundial

BO- Boletim Oficial

BT- Baixa Tensão

CAPEX (Capital Expenditure)- Despesas de capital ou investimento em bens de capital

CIP- Contribuição para Iluminação Pública

DDA- Direção de Distribuição de Água

DMS- Distribution Management System

DRCU- Direção de Regulação e Comprador Único

DTDE- Direção de Transporte e Distribuição de Energia

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)- Resultados antes de juros, impostos, depreciação e amortização

EDP- Energias de Portugal

EMS- Energy Management System

EURIBOR (European Interbank Offered Rate) - Taxa interbancária oferecida na zona Euro

GAS- Gabinete de Assessoria

GCV- Governo de Cabo Verde

IAS (International Accounting Standards) - Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade

ICO- Instituto de Crédito Oficial de Espanha

IFRS (International Financial Reporting Standards)- Normas Internacionais de Relatório Financeiro

IFRIC (Internacional Financial Reporting Interpretations Commitiee) – Comité de Interpretação de Normas Internacionais de Relato Financeiro

INPS- Instituto Nacional de Previdência Social

IUR- Imposto Único sobre Rendimento

IVA- Imposto sobre o valor acrescentado

JICA- Agencia Japonesa de Cooperação Internacional

KWh- Quillowatt hora

MEP- Método de Equivalência Patrimonial

MT- Media Tensão

MW- Megawatt

NRF- Normas de Relatos Financeiros

PIB- Produto Interno Bruto

ORET- Agencia Holandesa de Cooperação Internacional

PT- Posto de Transformação

PWC- PricewaterhouseCoopers

RABT- Rede Aérea Baixa Tensão

RAMT- Rede Aérea Media Tensão

RSMT- Rede Subterrânea Media Tensão

RSBT- Rede Subterrânea Baixa Tensão

RTC- Radio Televisão de Cabo Verde

SCADA- Supervisory Control and Date Acquisition

SGCC- Sistema de Gestão e Controle de Combustíveis e Lubrificantes

SIGR - Sistema Integrado Gestão de Redes

SGA - Sistema Gestão de Ativos

SNCRF- Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro)

SS- Subestação

UAI- Unidade de Serviços de Auditoria Interna

UARH- Unidade de Serviços Administrativos e Recursos Humanos

UGAO- Unidade de Gestão de Ativos Operacionais

ULCPDC- Unidade de Luta contra Perdas, Dividas e Contencioso

USA- Unidade de Serviço de Aprovisionamento

USC- Unidade de Serviço Corporativos

USF- Unidade de Serviços Financeiros

USI- Unidade de Serviços Informáticos

SNCRF- Sistema de Normalização Contabilística de Relatos Financeiros

TBA- Taxa base anual

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Accionistas,

O ano de 2016 foi verdadeiramente especial para a Electra que esteve envolvida num processo de mudanças significativas e adaptação aos novos tempos e desafios.

Para além da mudança do Conselho de Administração no último quarto do ano, foram aprovados, em Setembro, os Relatórios de Gestão e Contas dos anos 2014 e 2015, significando a recuperação de algum atraso nesta matéria.

Considerando as circunstâncias condicionante alheias à Electra, regista-se que o enquadramento externo da economia cabo-verdiana foi marcado pelo abrandamento do ritmo de crescimento económico dos principais parceiros económicos do país, pela contínua recuperação dos seus mercados de trabalho e por uma baixa inflação.

Não obstante este menor crescimento económico dos parceiros internacionais de Cabo Verde, o contexto externo globalmente favoreceu o crescimento da procura turística e os influxos de investimento direto estrangeiro.

Neste período o Produto Interno Bruto real cresceu 3,9% e a inflação média anual manteve a sua trajectória de redução iniciada em finais de 2015, fixando-se em -1,4 em Dezembro de 2016.

De modo consistente, também se verificou a continuação do ambiente de preços baixos do petróleo, sendo certo também que a instabilidade das cotações no mercado internacional influenciou os preços internos dos combustíveis, com directa repercussão sobre as tarifas de electricidade e água. Foram três atualizações tarifárias, traduzidas num aumento e em duas reduções que em termos médios resultaram numa diminuição tarifária de 17% em relação ao ano 2015.

De um modo global foram estas as condicionantes externas da gestão da Electra, caraterizada essencialmente pela continuidade de atividades iniciadas e pelo arranque efectivo de alguns projectos relevantes, abrangendo os domínios da gestão comercial, da expansão e manutenção de redes e do reforço das capacidades de produção de água e eletricidade, isto tudo em conjugação com um esforço importante para a redução das perdas e melhoria da qualidade de energia.

Em termos económicos-financeiros, os Resultados Líquidos do ano findo atingiram 171,6 mil contos negativos, fortemente impatacdos pelo efeito de reconhecimento dos Resultados Líquidos negativos da Electra Sul.

De realçar que esta política contabilística não vinha sendo adotada em anos anteriores, situação sempre assinalada com reserva nos relatórios e pareceres da Auditoria Externa.

Com efeito, e em conformidade às Normas de Relato Financeiro, as Contas publicadas do ano de 2015 foram reexpressas, passando os Capitais Próprios de 42,9 mil contos negativos para 2.405 mil contos negativos.

No que toca à produção da empresa, o ano de 2016 regista melhorias significativas, indo mais ao encontro da satisfação das necessidades dos consumidores.

A energia total produzida pela Electra foi de 395 GWh, dos quais 88,2% foram distribuídos na rede, o que representa um crescimento de 4,4% em relação a 2015.

A produção de água aumentou 11,0 % em relação também ao ano anterior, devido ao aumento da produção de água dessalinizada.

Entretanto a taxa de penetração de energias renováveis passou de 20,5% em 2015 para 18,5% em 2016. Esta situação aparentemente contraditória com a Política Energética do País deveu-se ao fato de a cotação dos combustíveis ter baixado e tornado o custo da produção diesel da Electra mais competitivo que o preço da produção eólica acordado com a Cabeólica e também à manutenção da capacidade instalada de produção de energia renovável.

Em termos operacionais, a Electra prosseguiu a sua trajetória de melhoria progressiva da eficiência, nomeadamente na redução dos consumos específicos - 3 gramas/kWh na produção de eletricidade e de 0,18 kWh/m^3 na dessalinização.

De igual modo registou-se uma evolução favorável no mix de combustíveis utilizados na produção, ou seja, uma redução em 2% do peso do gasóleo, equilibrada com um incremento em 2% do Fuel 380.

No entanto, as perdas e as dívidas dos clientes continuaram a constituir os principais constrangimentos da Electra que deste modo se viu privada de importantes recursos.

De facto, as perdas na distribuição de água e eletricidade mantêm-se ainda num nível muito elevado, com predominância para perdas de natureza comercial na eletricidade, sendo que em relação à água estas razões são maioritariamente técnicas.

As perdas globais de eletricidade atingiram 107,9 GWh, representando 27,3% em relação a produção.

Neste período verificou-se um agravamento nas perdas em 2,9% relativamente ao ano de 2015. Este facto deveu-se ao significativo crescimento de 5,7% nas perdas contabilizadas na ilha de Santiago. Elas passaram de 32,3% em 2015 para 38,0% em 2016.

Em termos de água, as perdas globais atingiram 3.106.236 m³, representando 44,9% da produção, como resultado do agravamento de 4,5% em relação a 2015.

Este aumento ficou a dever-se ao crescimento das perdas da cidade da Praia. De 47,7% em 2015 para 54,9% em 2016. E na ilha do Sal, de 28,3% em 2015 para 30,3% em 2016.

Em relação à continuidade ou estabilidade no fornecimento, os dados informam que, em média, cada cliente da Electra esteve sem eletricidade durante 59,5 horas (SAIDI) e sofreu 36,5 cortes de fornecimento de eletricidade (SAIFI).

Numa análise comparativa da evolução do valor médio de interrupções por consumidor durante o ano - SAIFI – e do tempo de duração média de interrupções por consumidor durante o ano - SAIDI nos anos de 2015 e 2016, os dados mostram um aumento do número de cortes por clientes em 4,5%. Em contrapartida verificou-se uma redução de 2,9% no tempo de interrupção do fornecimento.

Apesar de alguns ganhos de eficiência obtidos nos últimos anos, a Electra tem ainda muito que investir e trabalhar para melhorar e consolidar estes resultados que começam a aparecer e são determinantes para a manutenção e desenvolvimento da empresa.

Deste modo, as orientações prioritárias centram-se em objetivos específicos como a eficiência no consumo de combustíveis, a criação de condições para incremento de penetração das energias renováveis em condições económicas competitivas, a redução das perdas e a eficiência na gestão comercial.

Para concretizar estas orientações importantes e cruciais, estão em curso algumas medidas das quais se destacam as seguintes:

- Substituir a curto prazo o Fuel 180 pelo Fuel 380 na Praia e no Sal, e gasóleo por Fuel 180 no Fogo e Santo Antão na produção de eletricidade. Com essa mudança, prevê-se uma redução significativa dos custos globais em combustíveis.
- Negociar com a Cabeólica uma nova tarifa mais competitiva em relação aos custos de produção diesel, aplicável também a novos produtores independentes. Estas alterações tarifárias permitirão uma maior utilização das energias renováveis que também é uma vertente importante em termos ambientais e também na redução da importação de combustíveis.
- Concretizar o Programa da Proteção das Receitas. Este Programa vai permitir, numa primeira fase, a monitorização permanente de cerca de 1,2% de clientes da empresa que representam cerca de 50% da faturação, bem como a adoção de uma solução técnica integrada para reduzir as elevadas perdas não técnicas de eletricidade. Outros impatos pretendidos são o aumento da precisão das medições, a redução do número de reclamações, a rapidez na emissão de faturas e redução do período de cobrança.
- Continuar a desenvolver o projeto SCADA/EMS/DMS em curso, ao nível da qualidade e otimização de serviços, elevando os níveis de qualidade e eficiência do processo de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica. Os impatos deste projeto situam-se ao nível da redução dos tempos de interrupção de energia elétrica, pela rápida deteção das avarias, eficiente em tempo real, e também pela maior possibilidade de penetração de energias renováveis, sem por em causa a estabilidade do Sistema Elétrico.

Em conclusão, a nossa previsão é que essas ações convergentes no sentido único da eficiência global da empresa, irão acelerar o ritmo da recuperação financeira, da melhoria das performances operacionais, de qualidade e de preços da ELECTRA que desta forma estará em melhores condições de servir os seus clientes e participar no desenvolvimento global de Cabo Verde.

Pelo trabalho realizado e também pela dedicação competente e contínua, queremos, em nome do Conselho de Administração, deixar uma palavra de reconhecimento e apreço a todos os colaboradores da Electra que ao longo de 2016 tornaram possível os resultados expressos no presente Relatório e Contas de 2016.



Alexandre Dias Monteiro

/Presidente do Conselho de Administração/

ELECTRA EM NÚMEROS

	2016	2015	2014
PRODUÇÃO			
Produção energia elétrica (kWh)	395 222 994	377 113 475	360 623 657
Produção Água (mil m3)	6 925 704	6 242 026	6 311 508
COMERCIAL			
Produção energia elétrica entregue a rede (kWh)	348 600 463	333 810 150	321 008 647
Produção Água entregue a rede (m3)	6 874 607	6 208 900	6 284 020
RECURSOS HUMANOS			
Nº trabalhadores	111	103	100
ECONÓMICO-FINANCEIROS [1]			
Volume de Negócios (mil CVE)	9 284 905	9 566 127	10 407 644
EBITDA (mil CVE)	1 502 402	2 326 612	1 610 451
Resultado Operacional (mil CVE)	197 848	1 163 201	626 158
Resultado Líquido (mil CVE)	-171 657	818 541	225 856
Activo Líquido (mil CVE)	15 407 412	18 801 431	12 443 333
Capital Próprio (mil CVE)	-2 576 792	-42 991	-861 531
CAPEX (mil CVE)	411 214	5 760 697	171 511

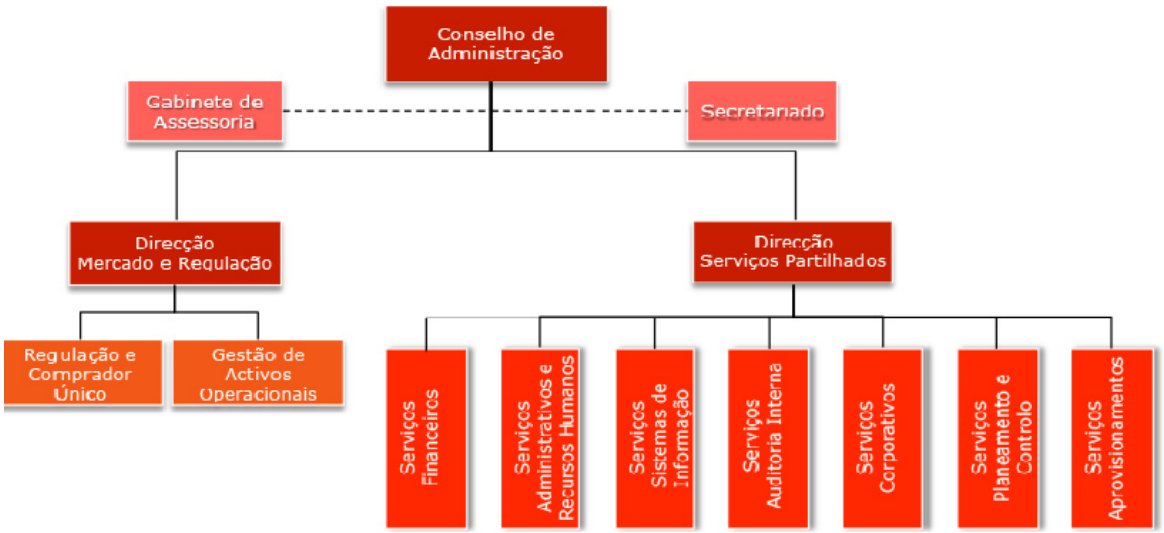
Sistema de Normalização Contabilistica e Relator Financeiro (SNCRF)

Nota: As Contas apresentadas de 2015 foram reexpressas, por forma a incluir o MEP – Método de Equivalência Patrimonial da participada Electra Sul, SA. Vide detalhes em análise económico-financeira, demonstrações financeiras e Anexos.

A **ELECTRA, SA**, concessionária de serviços públicos de eletricidade e água ao abrigo do contrato de concessão de Maio de 2002, foi criada a 17 de Abril de 1982, pelo Decreto-lei nº 37/82, atualmente com um capital social de 1.585.262.000$00 (Um milhão, quinhentos e oitenta cinco mil, duzentos e sessenta dois escudos) exclusivamente público, apresentando, atualmente a seguinte estrutura acionis*ta:*

- *Estado, representando 77,731% do capital social*
- INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), representando 16,592%
- Municípios, representando 5,677%, do capital social.
- Com a reestruturação, ocorrida em 1 de Julho de 2013, a ELECTRA transformou-se num grupo de três empresas. A Resolução Governamental nº 19/2010, de 16 de Abril, alterada pela Resolução nº 26/2011, de 8 de Agosto, marcou o arranque efetivo do processo de reestruturação da Electra SA, criando a Electra Sul, Sociedade Unipessoal, S.A., com Sede na Praia e a Electra Norte – Sociedade Unipessoal, SA, com Sede em S. Vicente.

ORGANIGRAMA DA ELECTRA, SA



ÓRGÃOS SOCIAIS (*)

Assembleia Geral

Presidente	Engº. Luis Manuel Barbosa Santos Teixeira
Primeiro Secretário	Dra. Eugénia Maria Rodrigues Soares

Conselho de Administração

Presidente	Eng. Alexandre Dias Monteiro
Administrador Executivo	Dr. Alcindo Hermitério da Cruz Mota
Administrador Executivo	Eng. Manuel Jesus Silva
Administrador Suplente	Eng. Carlos Alberto dos Santos Melicio

Fiscal Único

Presidente	PricewaterhouseCoopers, representada por Dr João Rui Fernandes Ramos
Suplente	Dr. Armando Jóse de Carvalho Ferreira Rodrigues

(*) A mesa da Assembleia Geral e o Conselho de Administração foram eleitos em reunião de Assembleia Geral de 07 de Setembro de 2016.



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2016

FATOS RELEVANTES NA VIDA DA EMPRESA

Definição da Tarifa de Referência da ELECTRA

As tarifas cobradas são fixadas com base no Contrato de Fornecimento por atacado, celebrado entre a Electra SA e a Electra Norte e Sul, no atual contexto do modelo de negócio. A metodologia utilizada para determinar as tarifas, assegura que seja encontrada um equilíbrio nos preços e tarifas praticado entre as 3 empresas, estabelecendo uma clara relação, entre a eficiência e a eficácia, permitindo introduzir elementos equilibradores da rentabilidade das mesmas.

Os vários fluxos transacionais onde esses preços e tarifas são praticados são, por ordem da cadeia de valor do negócio, os seguintes:

- Compra de combustível
- Aquisição de energia a produtores independentes
- Fornecimento de energia elétrica para produção de água
- Gastos de produção de energia e de água
- Fornecimento por atacado, de energia elétrica e de água
- Prestação de serviços partilhados
- Uso de redes, de energia elétrica e de água.

Importa identificar a forma e origem da determinação dos respetivos valores como meio de entender a capacidade de intermediação para garantir o equilíbrio do modelo.

A instabilidade dos preços do petróleo a nível internacional influenciou o preço dos combustíveis a nível nacional, com repercussão sobre as tarifas de eletricidade e água durante o ano 2016 (houve 3 atualizações tarifarias nas vendas de eletricidade e água ao consumidor final).

Investimentos

- Arranque efetivo do Projeto de Reforço da Capacidade de produção de Água Dessalinizada nas Ilhas de S. Vicente (2x5000m3/dia) e Sal (2x5000m3/dia) e conclusão do reservatório de água potável de 2.000 m3 na Palmeira;

- Projeto de reabilitação da Unidade Dessalinizadora Osmose Inversa, PRIDESA 5.000 m3 de capacidade diária de produção e do respetivo sistema de captação / alimentação de água do mar – Central do Palmarejo – Praia;
- Projeto de Desenvolvimento dos Sistemas de Transporte e Distribuição de Energia Elétrica (Projeto ORET);
- Reabilitação das redes BT nas localidades de Ribeira dos Bodes, Ribeira Fria, no âmbito do projeto ORET (Santo Antão);

Ações desenvolvidas

- Atualização do Cadastro de todos ativos da empresa, por ilha;
- Acompanhamento do Projeto "JICA Study On Renewable Energy & Electric System";
- Desenvolvimento e Implementação de um Sistema de Gestão e Controle de Combustíveis e Lubrificantes (SGCC);
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão e Controle de Atividades da função Distribuição (DTDE/DDA);
- Implementação dos programas de gestão da manutenção e aprovisionamento (ERP Primavera);
- Continuação das ações de combate a perdas e recuperação de dívidas.

Situação Financeira

O Resultado Líquido de 2016 atingiu mESC 171.657 negativos.

AÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS PREVISTAS PARA 2017

Das ações mais significativas previstas para 2017, realçam-se algumas atividades ou projetos que pelo seu impacto no funcionamento ou objetivos da Electra justificam enumerar:

No Domínio Institucional/Organizacional /Legislativo

- Acompanhamento do processo de reestruturação da Electra;
- Implementação do controlo orçamental e analítico no sistema Primavera – Módulo Controlling
- Automatização do processo de gestão da carteira de dívidas a fornecedores e financiadores;
- Implementação de um Novo Sistema de Gestão das Manutenções;
- Continuação da implementação de SIGR - Sistema Integrado Gestão de Redes;
- Continuação da implementação de SGA - Sistema Gestão de Ativos, com base na georreferenciação;
- Continuação do processo de substituição do sistema de Gestão Comercial;
- Melhoria do processo da comunicação, interna e externa;
- Implementação de "Call Center";
- Parcerias com as Televisões, Rádios e Jornais;

Na área de Produção de Eletricidade e Água

- Criação de condições de logística para o fornecimento de combustíveis com vista a otimizar os custos de produção (Construção dos Pipeline de transporte HFO180 a Central de São Filipe e Porto Novo);
- Requalificação das antigas Centrais Elétrica de Santo Antão (Porto Novo e Paul) e Fogo (S.Filipe);
- Construção na ilha do Sal de uma nova Central Termoelétrica com a instalação de 4 grupos eletrogéneos de 3,5 MW cada, e respetivos auxiliares, a funcionar a HFO 380;
- Reforço da capacidade de produção na Central Elétrica de Torril na Ilha do Maio;
- Reforço da capacidade de produção na Central Elétrica de Favatal na Ilha Brava;

- Requalificação do Laboratório de análises da qualidade da água.

Na área de Transporte e Distribuição de Eletricidade e Água

- Finalização do processo de Unbundling do Sector da Água na Cidade da Praia;
- Construção de um novo reservatório de água no Palmarejo;
- Acompanhamento e apoio ao Projeto JICA e extensões de redes;

ATIVIDADE OPERACIONAL

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Capacidade de Produção

A produção de energia elétrica em Cabo Verde reparte-se por três grupos de tecnologias:

- Produção *térmica;*
- Produção eólica;
- Produção fotovoltaico.

A produção *térmica* utiliza combustível de origem fóssil, sendo utilizado o fuelóleo e o gasóleo.

A Electra detinha em 31.12.2016 de capacidade instalada um conjunto de 13 centrais *térmicas* de dimensões variadas, 1 parque eólico e 2 parques solares.

Centrais por ilhas e concelhos de Cabo Verde 2016

		Electra			Produtores Independentes	
Ilha	**Concelho**	**Diesel**	**Éolica**	**Solar**	**Cabeólica**	**Electric**
	Porto Novo	*1*				*1*
	Ribeira Grande	*1*				
Santo Antão		***2***				
S. Vicente		***2***	***1***		***1***	
S. Nicolau		***1***				
Sal		***1***		***1***	***1***	
Boavista						
Maio		***1***				
	Praia	*2*		***1***	***1***	
	Assomada (Sta Catarina)	*1*				
Santiago		**3**				
	S.Filipe	*1*				
	Mosteiros	*1*				
Fogo		***2***				
Brava		*1*				
	Total Electra	**13**	**1**	**2**	**3**	**1**

A potência nominal do parque produtor da Electra totalizava no final do ano 160.954 kW correspondente a uma potência disponível de 125.248 kW.

Repartição da potência a 31.12.2016 (kW)

Ilha	Unidade de Produção	Térmica		Solar		Potência Total	
		Nominal	Disponível	Instalada	Disponível	Instalada	Disponível
	Porto Novo	*6 000*	*5 086*	*0*	*0*	*6 000*	*5 086*
	Ribeira Grande	*3 800*	*2 680*	*0*	*0*	*3 800*	*2 680*
Santo Antão		***9 800***	***7 766***	***0***	***0***	***9 800***	***7 766***
	Matiota	*10 000*	*6 600*	*0*	*0*	*10 000*	*6 600*
	Lazareto	*17 800*	*17 600*	*0*	*0*	*17 800*	*17 600*
S.Vicente		***27 800***	***24 200***	***0***	***0***	***27 800***	***24 200***
	Tarrafal	*8 525*	*6 820*	*0*	*0*	*8 525*	*6 820*
S.Nicolau		***8 525***	***6 820***	***0***	***0***	***8 525***	***6 820***
Sal	Palmeira	***15 125***	***12 100***	***3 200***	***2 500***	***18 325***	***14 600***
Maio	Porto Inglês	***1 976***	***900***	***0***	***0***	***1 976***	***900***
	Praia	*6 970*	*2 801*	*0*	*0*	*6 970*	*2 801*
	Palmarejo	*78 003*	*61 996*	*4 280*	*3 200*	*82 283*	*65 196*
	Assomada (Sta Catarina)	*3 499*	*2 451*	*0*	*0*	*3 499*	*2 451*
Santiago		***88 472***	***67 248***	***4 280***	***3 200***	***92 752***	***70 448***
	S.Filipe	*6 880*	*5 124*	*0*	*0*	*6 880*	*5 124*
	Mosteiros	*960*	*0*	*0*	*0*	*960*	*0*
Fogo		***7 840***	***5 124***	***0***	***0***	***7 840***	***5 124***
Brava	Favetal	**1 416**	**1 090**	**0**	**0**	**1 416**	**1 090**
	Total Electra	**160 954**	**125 248**	**7 480**	**5 700**	**168 434**	**130 948**

ENERGIA ELÉTRICA ENTREGUE À REDE

No ano 2016 foram produzidas 395.222.944 kWh de energia elétrica, sendo que 88,2% foi distribuída à rede e os restantes 11,8% foram consumidas da seguinte forma (7,7% consumida na dessalinização, 3,0% nos consumos internos e 1,1% na bombagem da água produzida), incluindo a energia renovável adquirida junto dos produtores independentes (Cabeólica e Electric).

Produção Entregue à Rede (kWh)

Ilha	Produção	Consumos afectos à produção nas centrais				Produção Entregue à Rede		
		Dessalinização	Consumo Interno	Consumo Bombagem água produzida	Total dos consumos da produção	2016	2015	2016-2015
Santo Antão	14 302 907	0	301 245	0	301 245	14 001 662	13 232 292	769 370
S. Vicente	74 002 153	7 834 229	3 489 094	502 492	11 825 815	62 176 338	60 887 970	1 288 368
S. Nicolau	6 569 879	0	99 028	0	99 028	6 470 851	5 939 454	531 397
Sal	56 540 041	8 473 089	2 392 444	406 983	11 272 516	45 267 525	45 856 735	-589 210
Maio	2 708 270	0	13 991	0	13 991	2 694 279	2 611 121	83 158
Santiago	224 997 317	14 144 018	5 290 091	3 381 218	22 815 327	202 181 990	190 557 730	11 624 259
Fogo	13 418 555	0	282 458	0	282 458	13 136 097	12 167 618	968 479
Brava	2 683 872	0	12 151	0	12 151	2 671 721	2 557 229	114 492
Total Electra	395 222 994	30 451 336	11 880 503	4 290 693	46 622 532	348 600 463	333 810 150	14 790 313

Em relação ao ano de 2015 registou-se um aumento da energia elétrica entregue à rede de distribuição de 14.790.313 kWh (+4,4 %).

Relativamente a produção global registou-se um aumento de 4,8% sendo, 7,0% na energia térmica e um decréscimo de 3,0% na energia eólica e na 9,9% energia solar. A Figura 2 indica a evolução da produção de energia elétrica, eólica, solar e diesel.

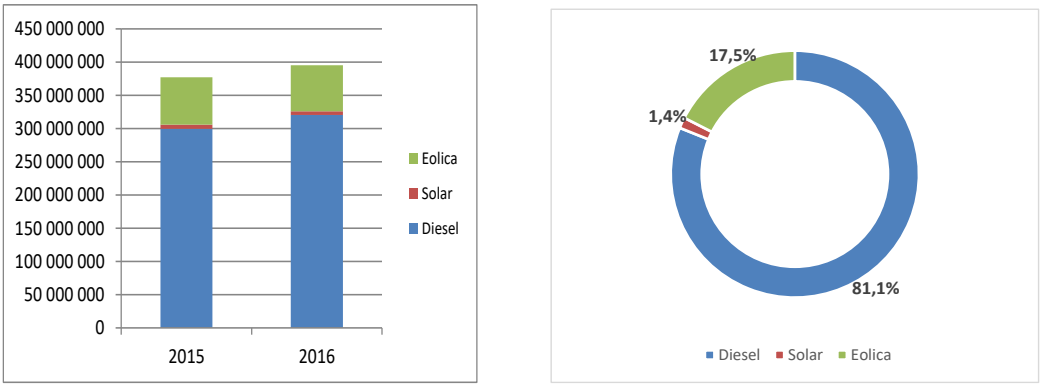


Figura 1-Produção de Energia Eletrica de 2015 e 2016 (kWh)

Consumo Específico

Unidade Produção	Produção Térmica	Gasóleo	Fuel 180	Fuel 380	C.Esp. [gr/kWh]
S.Antão	12 857 146	3 421 490			223,54
S.Vicente	55 740 313	473 849		11 847 412	211,19
S.Nicolau	6 569 879	1 804 963			230,78
Sal	37 213 443	354 641	8 815 322		230,68
Electra Norte	**112 380 781**	**6 054 943**	**8 815 322**	**11 847 412**	**220,20**
Maio	2 708 270	774 441			240,20
Santiago	189 380 133	375 082	41 562 764		207,96
Fogo	13 418 555	3 602 938			225,54
Brava	2 683 872	742 204			232,30
Electra Sul	**208 190 830**	**5 494 665**	**41 562 764**	**0**	**209,83**
Electra SA	**320 571 611**	**11 549 608**	**50 378 086**	**11 847 412**	**213,46**

No quadro em cima é apresentado o consumo específico do mix de combustíveis de todas as centrais elétricas, das empresas e em particular o consumo agregado médio para a Electra, medido em 213,46 gr/kWh de combustíveis necessário para produzir 1 kilowatt hora de energia elétrica através de meios térmicos.

A meta definida pela ARE-Agência de Regulação Económica era de 219 gr/kWh. Concorreram para melhoria do consumo específico as Centrais das Ilhas de Santiago e São Vicente onde estão concentradas as maiores Unidades produtivas. As centrais com grupos rotativos e com algum tempo de vida útil (Brava e Maio) apresentam consumos de combustíveis bastante elevados para produção de eletricidade. Outras, embora com grupos novos (Santo Antão, São Nicolau e Fogo), onde operam grupos mais antigos, estão a puxar para alto o consumo que seria ideal de 220 gr/kWh.

Variação das Pontas Máximas

A ponta máxima foi de 36.884 kW registada na ilha de Santiago. É de se referir os aumentos das pontas máximas nos sistemas elétricos ilhas de São Vicente (+300 kW) e da ilha de Santiago (+1602 kW).

Pontas por Ilha (kW)

Ilha	2016	2015	2014	Variação 2016/2015	
				Valor	%
Santo Antão	*3 005*	*2 950*	*2 793*	*55*	*1,9%*
S. Vicente	*12 400*	*12 100*	*11 241*	*300*	*2,5%*
S. Nicolau	*1 280*	*1 189*	*1 193*	*91*	*7,7%*
Sal	*10 438*	*10 697*	*9 600*	*-259*	*-2,4%*
Maio	*580*	*542*	*540*	*38*	*7,0%*
Santiago	36 884	35 282	34 471	*1 602*	*4,5%*
Fogo	*2 575*	*2 372*	*2 400*	*203*	*8,6%*
Brava	*580*	*558*	*566*	*22*	*3,9%*
Ponta Assíncrona Total	**67 742**	**65 690**	**62 804**	**2 052**	3,1%

Indicadores de Produção de Energia Elétrica

- **Taxa de Indisponibilidade por Manutenção Planeada**

Indicadores de Produção de Energia Elétrica	2016	2015
Taxa de Indisponibiidade por Manutenção Planeada	2,90%	1,50%

Na Electra Norte a maioria das manutenções previstas não foram realizadas devido a ausência de peças para o efeito. As únicas manutenções previstas e realizadas ocorreram:

- Manutenção das 7500 horas de funcionamento do grupo Cat nº 1 de Lazareto, na data prevista;
- Manutenção de 6000 e 8000 horas dos Grupos Wartsila da Central do Lazareto;
- A manutenção do grupo Caterpillar nº 2 Central da Palmeira foi realizada na data prevista, de 21/03 a 20/04 2016.

Todas as manutenções realizadas nos principais grupos instalados na Electra Norte, ocorreram por força dos contratos de manutenção existentes entre os fabricantes/fornecedores Caterpílar e Wärtsilä.

Na Electra Sul foi realizada a maioria das manutenções programadas desde os pequenos grupos aos maiores, com maior destaque aos Grupos Caterpílar e Wärtsilä instalados na Central do Palmarejo, por força também dos contratos de manutenções existentes.

O cumprimento dos planos de manutenção, arrematou para indisponibilidade alguns grupos, elevando a taxa de indisponibilidade dos equipamentos produtivos de energia elétrica, essencialmente na Electra Sul, que comparativamente ao Exercício de 2015 apresenta o indicador de indisponibilidade por manutenção quase duas vezes superior.

- **Taxa de Indisponibilidade por Avaria**

Indicadores de Produção de Energia Elétrica	2016	2015
Taxa de Indisponibilidade por avaria	4,50%	3,00%

A evolução da taxa de indisponibilidade por avaria em relação ao ano 2015 em mais 50%, se deveu essencialmente pela ainda não resolução da avaria do Grupo Cat 2 da Central do Lazareto e algumas indisponibilidades por avaria dos Grupos Man 1 e Man 2, instalados na Central da Palmeira na Ilha do Sal. Com relação à Electra Sul, continua imobilizado o segundo Grupo Cummins da Central de Torril na Ilha do Maio, o Cat 4 da Central do Palmarejo. Contudo, este indicador embora com um grande retrocesso, não impediu o crescimento de produção na maioria das Centrais elétricas tanto na Electra Norte, como na Electra Sul.

- **Taxa de Indisponibilidade por Paragens Forçadas**

Indicadores de Produção de Energia Elétrica	2016	2015
Taxa de Indisponibilidade por Paragens Forçadas	5,60%	5,10%

A taxa de indisponibilidade por paragens forçadas, teve uma pequena evolução negativa de 0,5 pontos percentuais devido à necessidade de se proceder a paragens forçadas do único grupo em funcionamento na Central de Torril na Ilha do Maio, depois da avaria do Grupo Cat3412. Também, as sucessivas avarias dos grupos Perkins 1 e 2 instalados na Central Elétrica de Favatal na Ilha Brava, contribuíram para regressão desse importante indicador.

- **Taxa de disponibilidade das Unidades Térmicas**

Indicadores de Produção de Energia Elétrica	2016	2015
Taxa de disponibilidade das Unidades Térmicas	87,00%	90,30%

Por força do cumprimento dos programas de manutenções das principais unidades produtivas térmicas que entraram em vigor absoluto em 2016, o indicador de disponibilidade dos grupos térmicos regrediu comparativamente ao Exercício 2015.

- **Taxa de penetração das Energia Renováveis**

Indicadores de Produção de Energia Elétrica	2016	2015
Taxa de penetração das Energia Renováveis	18,90%	20,50%

A oscilação dos preços dos combustíveis fósseis no mercado internacional, contribuíram para que o custo final de produção de energia elétrica por meios térmicos fossem mais atrativos em relação ao preço base de compra de eletricidade à Cabeólica e a Electric. Perante essa situação esforçou-se por cumprir o mínimo do take or pay, no âmbito do PPA com a Cabeólica, limitando os set points, pelo que o mix de produção de energia elétrica foi inferior ao ano 2015.

Black-outs

As interrupções no fornecimento de energia diminuíram em todos os sistemas elétricos, exceto nas de São Nicolau e Fogo.

O sistema elétrico da Electra Norte ficou beliscada pela enorme quantidade (83) de Blackouts, registado em São Nicolau, 54 a mais em relação ao ano 2015, devido essencialmente ao excesso de energia reativa gerada na rede na sequência de extensão das redes subterrâneas de média tensão. O excesso de energia reativa está associado as perdas por aquecimento e quedas de tensão, cuja solução passa por redimensionamento dos equipamentos, redistribuição das cargas pelos diferentes circuitos, e/ou instalação de sistemas de compensação dos reativos.

Black-Outs (Quantidade e duração)

Ilha	Sistemas	2016		2015		Var. 2016-2015	
		Qtd	Dur.(min)	Qtd	Dur.(min)	Qtd	Dur.(min)
Santo Antão	Porto Novo	7	104	25	1 313	-18	-1 209
	Ribeira Grande	0	0	6	475	-6	-475
S. Vicente	S.Vicente	10	176	15	264	-5	-88
S. Nicolau	Tarrafal	83	595	29	377	54	218
Sal	Sal	8	295	15	361	-7	-66
Maio	Maio	40	3 126	44	1 172	-4	1 954
Santiago	Cidade da Praia	7	282	9	325	-2	-43
Fogo	S.Filipe	44	1 681	41	1 188	3	493
Brava	Favetal	31	592	42	2 104	-11	-1 512

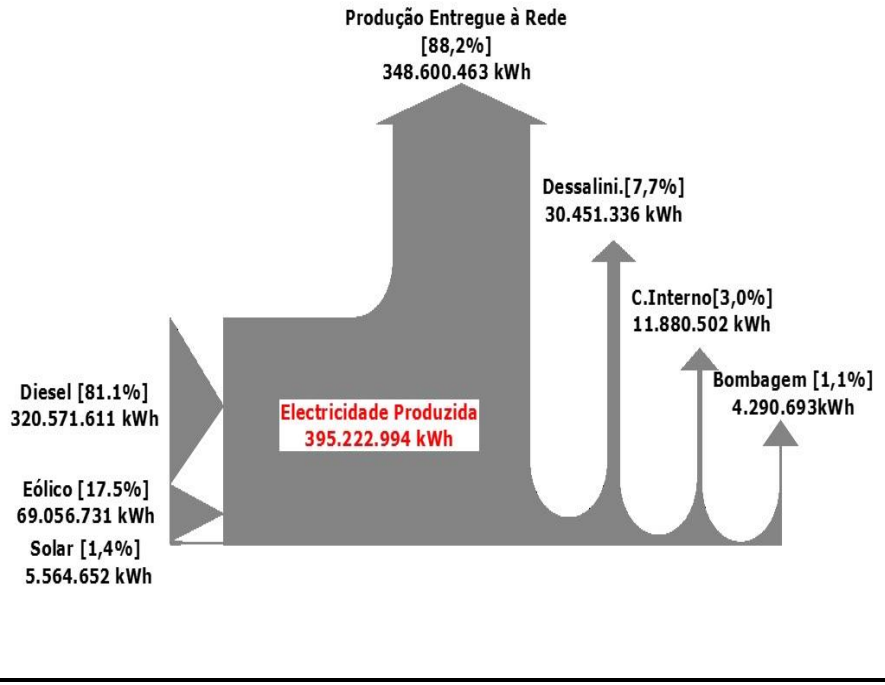
Outro fator que também contribuiu vem na sequência de testes que se seguiram durante a fase de entrada em funcionamento da nova Central Elétrica do Tarrafal que entrou em funcionamento em Janeiro/2016.

Na Electra Sul, embora com poucos número de Blackouts, os sistema elétrico do Fogo foi aquele que contribuiu negativamente, sobretudo devido a nula capacidade de resposta dos órgãos de proteção que se encontram desativados.

Balanço Energético

O balanço Energético, regista o volume da energia produzida e entregue à rede e os cálculos das perdas totais.

PRODUÇÃO			
Meios	Ilhas	Produção [kWh]	Peso Percentual
Produção Térmica 320.571.611 kWh [81,1%]	Santo Antão	12 857 146	3,3%
	São Vicente	55 740 313	14,1%
	São Nicolau	6 569 879	1,7%
	Sal	37 213 443	9,4%
	Maio	2 708 270	0,7%
	Santiago	189 380 133	47,9%
	Fogo	13 418 555	3,4%
	Brava	2 683 872	0,7%
Produção Eólica 69.056.731 kWh [17,5%]	Santo Antão	1 445 761	0,4%
	São Vicente	18 261 840	4,6%
	Sal	17 227 290	4,4%
	Santiago	32 121 840	8,1%
Produção Solar 5.594.652 kWh [1,4%]	Sal	2 099 308	0,5%
	Santiago	3 495 344	0,9%



CONSUMOS AUTORIZADOS			
Destino	Unidade Comercial	Venda [kWh]	Peso Percentual
Produção Entregue à Rede 348.600.463 kWh [88,2%]	Santo Antão	14 001 662	3,5%
	São Vicente	62 176 338	15,7%
	São Nicolau	6 470 851	1,6%
	Sal	45 267 525	11,5%
	Maio	2 694 279	0,7%
	Santiago	202 181 990	51,2%
	Fogo	13 136 097	3,3%
	Brava	2 671 721	0,7%
Dessal. 30.451.336 kWh [7,7%]	São Vicente	7 834 229	2,0%
	Sal	8 473 089	2,1%
	Santiago	14 144 018	3,6%
Consumo Interno 11.880.502 kWh [3,0%]	Santo Antão	301 245	0,1%
	São Vicente	3 489 094	0,9%
	São Nicolau	99 028	0,0%
	Sal	2 392 444	0,6%
	Maio	13 991	0,0%
	Santiago	5 290 091	1,3%
	Fogo	282 458	0,1%
	Brava	12 151	0,0%
Bomb. 4.290.693 kWh [1,1%]	São Vicente	502 492	0,1%
	Sal	406 983	0,1%
	Santiago	3 381 218	0,9%

Figura 2

PRODUÇÃO DE ÁGUA

A produção e distribuição de água pela Electra estão circunscritas às ilhas de São Vicente, Sal e na cidade da Praia (ilha de Santiago).

Capacidade Instalada

A Electra dispunha em 2016 de 3 centrais de produção de água dessalinizada e explorava 6 furos de captação de água subterrânea.

A água dessalinizada representou durante o ano 2016, 93% da água injetada nas redes. As águas subterrâneas foram captadas somente na ilha de Santiago para alimentar o sistema de distribuição de água na cidade da Praia.

Capacidade de produção (m^3/d)

Ilha/Unidade Produção	Dessalinização				Água Subterrânea (garantida) (m3/d)	Total (garantida) (m3/d)
	Processo	Designação	Capacidade Nominal (m^3/d)	Capacidade Garantida (m3/d)		
	Osmose Inversa	RO1 -1000	1 000	1 000		1 000
	Osmose Inversa	RO2 -1000	1 000	1 000		1 000
	Osmose Inversa	RO3 -1000	1 000	1 000		1 000
	Osmose Inversa	RO4 -1200	1 200	1 200		1 200
	Osmose Inversa	RO5 -1200	1 200	1 200		1 200
	Osmose Inversa	RO6 -1200	1 200	1 200		1 200
Total S.Vicente			**6 600**	**6 600**		**6 600**
	Osmose Inversa	RO1 - 1000	1 000	1 000		1 000
	Osmose Inversa	RO2 - 1000	1 000	1 000		1 000
	Osmose Inversa	RO3 - 1200	1 200	800		800
	Osmose Inversa	RO4 - 1200	1 200	1 000		1 000
Total Sal			**4 400**	**3 800**		**3 800**
	Osmose Inversa	RO1 - 5000	5 000	5 000		5 000
	Osmose Inversa	RO2 - 5000	5 000	5 000		5 000
	Osmose Inversa	RO2 - 5000	5 000	5 000		5 000
	Furos				2 080	2 080
Total Praia			**15 000**	**15 000**	**2 080**	**17 080**
Total Electra			**26 000**	**25 400**	**2 080**	**27 480**

ÁGUA ENTREGUE À REDE

No ano 2016 foram produzidas 6.925.704 m³ de água, sendo que 99,3% foram entregues à distribuída a rede e os restantes 0,7% gastos em consumos internos.

Água entregue a Rede (m3)

Unidade produção	Água produzida	Consumo Interno	Água entregue a Rede		
	Quantidade		2016	2015	2016-2015
S.Vicente	1 452 579	39 644	1 412 935	1 322 422	90 513
Sal	1 232 609	3 745	1 228 864	990 788	238 076
Santiago (Praia)	4 240 516	7 709	4 232 807	3 895 690	337 118
Total Electra	**6 925 704**	**51 097**	**6 874 607**	**6 208 900**	**665 706**

Em relação ao ano de 2015 registou-se um aumento da água entregue à rede de distribuição de 665.706 m³ (+10,7 %).

Evolução da Produção de Água

A produção de água aumentou 11,0 % entre o ano de 2015 e 2016, derivado do aumento da capacidade de produção água dessalinizada em 50% no último trimestre. A Figura 3 indica a evolução da produção de água e as contribuições de água dessalinizada e subterrânea.

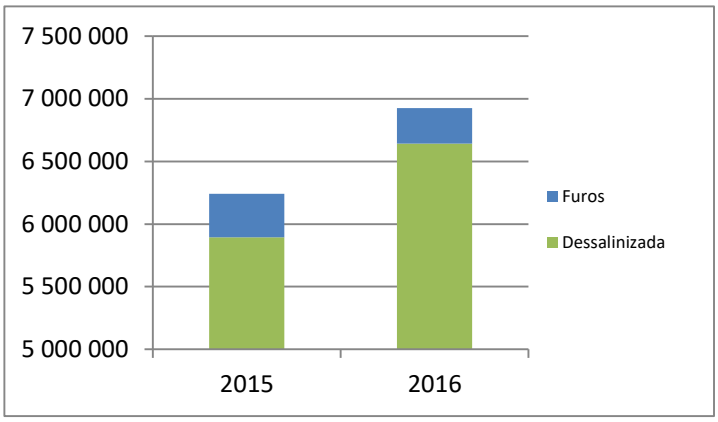
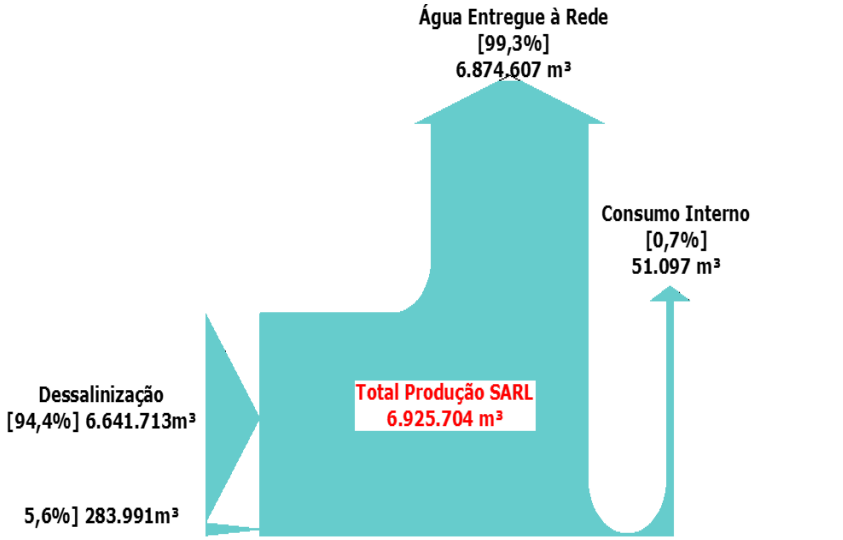


Figura 3- Produção de Água de 2015 e 2016 m3

Balanço Hidrológico

O balanço hidrológico, regista o volume da água produzida e entregue à rede e os cálculos das perdas totais.

PRODUÇÃO			
Meios	Ilhas	Produção [m³]	Peso Percentual
Dessalinização 5.893.257 m³ [94,4%]	São Vicente	1 452 579	21,0%
	Sal	1 232 609	17,8%
	Santiago	3 956 525	57,1%
Furos 348.769 m³ [5,6%]	São Vicente	0	0,0%
	Sal	0	0,0%
	Santiago	283 991	4,1%



CONSUMOS AUTORIZADOS			
Destino	Unidade Comercial	Venda [m3]	Peso Percentual
Água entregue à rede 6.874.607 m³ [99,3%]	São Vicente	1 412 935	20,4%
	Sal	1 228 864	17,7%
	Santiago	4 232 807	61,1%
Consumo Produção 51.097 m³ [0,7%]	São Vicente	39 644	0,6%
	Sal	3 745	0,1%
	Santiago	7 709	0,1%

Figura 4

ATIVIDADE COMERCIAL

ENERGIA ELÉTRICA

Venda por atacado e Uso de Rede

No ano 2016 foram produzidas 395.222.994 kWh de energia elétrica, sendo que 348.600.463 kWh (88,2%) foram entregues às redes públicas de transporte e distribuição e os restantes 46.622.532 (11,8%) foram utilizados para os consumos próprios, (dessalinização, consumo interno e bombagem de água potável).

Os quadros abaixo espelham a vendas da energia gerada nas centrais (vendas por atacado) e a energia elétrica entregue às redes (vendas por uso de rede):

Produção da energia nas Centrais (KWh)

Ilha	Vendas por atacado	
	2 016	**2 015**
Santo Antão	14 302 907	13 399 347
S. Vicente	74 002 153	71 121 649
S. Nicolau	6 569 879	5 963 869
Sal	56 540 041	56 887 462
Total Electra Norte	**151 414 980**	**147 372 327**
Maio	2 708 270	2 626 002
Santiago	224 997 317	212 279 911
Fogo	13 418 555	12 260 372
Brava	2 683 872	2 574 862
Total Electra Sul	**243 808 014**	**229 741 147**
Total Electra	**395 222 994**	**377 113 475**

Produção de energia entregue a rede (kWh)

Ilha	Vendas por Uso de Rede	
	2 016	**2 015**
Santo Antão	14 001 662	13 232 292
S. Vicente	62 176 338	60 887 970
S. Nicolau	6 470 851	5 939 454
Sal	45 267 525	45 856 735
Total Electra Norte	**127 916 376**	**125 916 451**
Maio	2 694 279	2 611 121
Santiago	202 181 990	190 557 730
Fogo	13 136 097	12 167 618
Brava	2 671 721	2 557 229
Total Electra Sul	**220 684 087**	**207 893 698**
Total Electra	**348 600 463**	**333 810 150**

Pela venda por atacado, a Sociedade fatura às subsidiárias o equivalente a 17,23 e 168,67 (2015: 19,21 e 213,56) escudos por cada KWh de energia e tonelada de eletricidade e água vendida, respetivamente.

ÁGUA

Venda por atacado e Uso de Rede

No ano 2016 foram produzidas 6.925.704 m^3 de água, sendo que 6.874.607 m^3 (99,3%) foram entregues às redes públicas de adução e distribuição e os restantes 51.097 m^3 (0,7%) foram utilizados para os consumos próprios.

Os quadros abaixo espelham a vendas da água produzida nas dessalinizadoras (vendas por atacado) e a água entregue às redes (vendas por uso de rede):

Produção de Água nas Dessalinizadoras (m3)

Unidade produção	Venda por atacado	
	2016	**2015**
S.Vicente	1 452 579	1 331 443
Sal	1 232 609	994 515
Total Electra Norte	2 685 188	2 325 958
Santiago	4 240 516	3 916 068
Total Electra Sul	4 240 516	3 916 068
Total Electra	**6 925 704**	**6 242 026**

Produção Água entregue à Rede (m3)

Unidade produção	Vendas por Uso de Rede	
	2016	**2015**
S.Vicente	1 412 935	1 322 422
Sal	1 228 864	990 788
Total Electra Norte	2 641 799	2 313 210
Santiago	4 232 807	3 895 690
Total Electra Sul	4 232 807	3 895 690
Total Electra	**6 874 607**	**6 208 900**

Tratamento água residuais (kWh)

Ilha	Vendas por Uso de Rede	
	2 016	2 015
Santiago	784 401	783 703
Total Electra Norte	**784 401**	**783 703**

Pelo uso de rede de distribuição, a Sociedade fatura às subsidiárias o equivalente a 1,78, 49,40 e 77,89 (2015: 1,29, 36,86 e 73,77) escudos por cada KWh de energia, tonelada de água vendida e m^3 de caudal de água tratado, respetivamente.

OUTRAS ATIVIDADES

Cobrança e Recuperação de Dívidas

No quadro do contrato de cobrança de dívidas existentes com a Electra, a Electra Sul e a Electra Norte, no decurso do ano 2016, registou-se a recuperação de mESC 1.217.795, de acordo com o quadro seguinte:

Recuperação de Dívidas

	Lojas Norte	Lojas Sul	Total
Cobrança Total (mECV)	529 393	688 402	1 217 795
Media Mensal(mECV)	44 116	57 367	101 483
% Valor	43,5%	56,5%	100,0%

Fonte: Sistema Comercial ELAG_Inf. Gestão

Em resultado da atividade de cobrança acima referida, foi pago a título de comissão à Electra Norte e Sul os montantes de mESC 494 e mESC 2.776, respetivamente.

Durante o ano em apreço a Unidade de Luta contra Perdas, Recuperação de Dividas e Contenciosos deu Continuidade à implementação ao Programa – Projeto de Redução de Perdas e Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica (PRPMQEE).

PERDAS NA REDE

Constatou-se que as perdas globais, técnicas e não técnicas de energia elétrica atingiram os 107,9 milhões de kWh, o que representa 27,3% em relação à produção. Relativamente ao ano de 2015, houve um aumento global de 2,9%.

Constatou-se houve uma redução das perdas na maioria das ilhas, salvo os casos de São Nicolau, Maio e Santiago, Maio onde se registaram um aumento das perdas.

O peso das perdas em baixo foi principalmente arrastado pelas perdas na Ilha de Santiago devido a situação incontrolável de furtos e roubos praticamente em todos bairros da Cidade da Praia e em várias localidades no Interior da Ilha.

Perdas de Eletricidade

Ilha	Perdas	
	2016	2015
Santo Antão	19,2%	23,0%
S. Vicente	18,3%	20,4%
S. Nicolau	17,7%	14,9%
Sal	1,8%	1,9%
Maio	22,4%	22,1%
Santiago	38,0%	32,3%
Fogo	21,5%	23,5%
Brava	19,8%	23,0%
Total Electra	27,3%	24,4%

Em relação à água, as perdas na distribuição nas empresas operadoras, durante o ano de 2016, foram de 3.106.236 m^3 o que representa 44,9% em relação ao total produzido (6.925.704 m3). Relativamente ao ano de 2015, houve um aumento de 4,5%, sendo de destacar os aumentos de 7,2% na cidade da Praia e de 1,9% no Sal.

Perdas de Água

Unidade de Produção	Perdas	
	2016	2015
S.Vicente	27,8%	27,9%
Sal	30,3%	28,3%
Praia	54,9%	47,7%
Total Electra	44,9%	40,4%

Contrariamente ao sector da eletricidade onde as perdas não técnicas (comerciais) podem representar ¾ das perdas totais, no sector da água, são predominantes as perdas técnicas, com uma incidência notável no processo de produção.

INVESTIMENTO

No ano 2016, deu-se a continuidade às atividades iniciadas em anos anteriores e iniciaram-se outras, quer no âmbito do desenvolvimento das infraestruturas da empresa, quer no acompanhamento, gestão ou fiscalização de projetos.
Os investimentos abrangeram áreas diversas e visaram:

(i) Redução de Perdas e Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica;

(ii) Aumento da taxa de cobertura elétrica e de água;

(iii) Aumento de faturação e cobrança

Durante o exercício em referência, o montante dos investimentos realizados pela empresa foi de mESC 411.214, incluindo os encargos financeiros capitalizados nos investimentos em curso.

Atividades (mESC)	
Produção de Água	70 500
Distribuição de Água	2 036
Outros	338 678
Recursos naturais	10 541
Outras Construções	40 943
Carga e Transportes	8 646
Administrativos	3 747
Outros Ativos Tangiveis	80 197
Outras ativos intangiveis	194 604
Total	**411 214**

Notamos uma diminuição de mESC 5.349.483 relativamente ao realizado em 2015, ano em que se registaram mESC 5.760.697 em investimentos, devido aos financiamentos realizados na produção.

Aproximadamente 17,14% do investimento foi realizado no sector de produção de água, 0,5% na distribuição de água, e ainda 82,36% para outros setores.

(i) aquisição de um conjunto de viaturas para organização dos serviços de exploração e manutenção da distribuição de energia nas ilhas alvo;
(ii) aquisição de ferramentas para os serviços de distribuição de energia.

Projetos Concluídos

- Projeto de reabilitação da Unidade Dessalinizadora Osmose Inversa, PRIDESA 5.000 m^3 de capacidade diária de produção e do respetivo sistema de captação / alimentação de água do mar – Central do Palmarejo – Praia;
- Projeto de Desenvolvimento dos Sistemas de Transporte e Distribuição de Energia Elétrica (Projeto ORET):
    - Fogo,
    - São Nicolau
    - Boavista

RECURSOS HUMANOS

Em 31/12/2016, a ELECTRA, SA tinha 111 trabalhadores, sendo 91 efetivos permanentes e 20 contratados a prazo, distribuídos conforme quadro a seguir:

- **Distribuição dos trabalhadores por sector a 31/12/2016**

Direcção	Efectivos Permanentes	C. Prazo	Total
CA	1	0	1
UGAO	8	3	11
DRCU	3	0	3
UAI	4	0	4
UARH	17	1	18
UPC	3	0	3
USA	26	1	27
USC	2	0	2
USF	14	5	19
USI	4	2	6
GAS	3	0	3
SAA	2	0	2
ULPDC	4	5	9
Proj.05PE400-1 / 05PA-X00	0	1	1
Proj. SCADA	0	2	2
Total	**91**	**20**	**111**

* CA: (1 Administrador Executivo)

Além dos 111 trabalhadores do quadro, a Empresa tinha 2 Administradores Executivos, em comissão de serviço

O número de trabalhadores do quadro permanente aumentou em relação 31/12/15 (a empresa tinha 89 trabalhadores do quadro permanente), enquanto o número de contratados a prazo aumentou em relação a 31/12/15 (a empresa tinha 14 contratados a prazo).

Registou-se um aumento de 8 trabalhadores em relação a 31/12/15.

Os contratos a prazo representaram 18,02% do efetivo total.

- **Estrutura etária e por sexo do efetivo total, a 31/12/16**

	M	F	Total	% M	% F
18 anos e menos	0	0	0	0,00%	0,00%
19 - 25	2	2	4	1,80%	1,80%
26 - 30	8	4	12	7,21%	3,60%
31 - 35	8	6	14	7,21%	5,41%
36 - 45	15	19	34	13,51%	17,12%
46 - 55	16	13	29	14,41%	11,71%
56 - 60	9	3	12	8,11%	2,70%
61 - 65	6	0	6	5,41%	0,00%
66 e mais	0	0	0	0,00%	0,00%
Total	**64**	**47**	**111**	**57,66%**	**42,34%**

Em 31/12/16 a Electra SA tinha 64 homens (57,66% do efetivo total) e 47 mulheres (42,34% do efetivo total).

O nível etário médio foi de 43,07 e diminuiu em relação ao ano anterior (em 31/12/15 foi de 43,24).

O leque etário foi de 2,78, registando-se um aumento em relação a 31/12/15.

A Empresa tinha uma população jovem, sendo a maioria nas faixas de 36 - 45 anos de idade (30,63%) e 46 – 55 anos (26,13%).

O nível de antiguidade médio do efetivo total foi de 15,42. Sofreu uma diminuição em comparação com o ano anterior (0,21).

- **Distribuição dos trabalhadores por níveis de qualificação**

	Efectivos Permanentes	C. Prazo	Total	Efectivos Permanentes	C. Prazo
Quadros superiores	49	8	57	44,14%	7,21%
Prof. altamente qualificados	1	0	1	0,90%	0,00%
Prof. qualificados	32	12	44	28,83%	10,81%
Prof. semi-qualificados	6	0	6	5,41%	0,00%
Prof. não-qualificados	3	0	3	2,70%	0,00%
Total	**91**	**20**	**111**	**81,98%**	**18,02%**

Quadros Superiores é o nível de qualificação com maior número de trabalhadores, representando 51,35%. Sofreu uma diminuição em relação ao ano anterior.

Profissionais Qualificados representaram 39,64% dos trabalhadores da Empresa em 3/12/2016. O número aumentou em relação ao ano anterior.

O nº de trabalhadores semiqualificados não sofreu alteração.

- **Entradas e saídas de Pessoal Efetivo**

Não foram admitidos trabalhadores diretamente para o quadro permanente.

Foram admitidos 34 trabalhadores com contrato a prazo, sendo 22 para a USA (20 para inventário), 3 para USF, 2 para UARH, 2 para UGAU, 1 para USI, 1 para ULCPDC e 3 para Projetos.

Passaram para a Electra SA, 4 trabalhadores que eram do quadro permanente da Electra Sul.

Saíram 2 trabalhadores do quadro permanente, sendo um por motivo de reforma e um por falecimento.

Transitaram do ano anterior 14 contratados a prazo.

Registaram-se 28 saídas de contratados a prazo. Dessas saídas 27 eram por caducidade de contrato (sendo 20 da USA - inventário), 1 a pedido do trabalhador.

- **Absentismo**

A taxa de absentismo foi de 4,13% e diminuiu 0,11% em relação ao ano anterior.

- **Leque Salarial**

O leque salarial ilíquido foi de 4,02 e o líquido 3,43.

- **Aspetos Sociais**

Foram feitas duas mudanças de Nível Salarial (2014 e 2015). De acordo com o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) aumentou-se a massa salarial.

A empresa continuou a garantir aos trabalhadores e familiares a assistência médica e de enfermagem.

- **Formação**

Foram realizadas 12 ações de formação, sendo 4 internas e 8 externas, no total de 35 participantes e 1.214 horas de formação.

Das formações internas, no total de 610 horas, participaram 11 formandos e das externas, no total de 604 horas, participaram 24 formandos.

- **Estágios na Electra**

Em 31/12/16 a Empresa tinha 11 estagiários, sendo 7 remunerados e 4 não remunerados.

Transitaram do ano anterior, 4 estagiários (remunerados).

Foram admitidos 7 estagiários, dos quais 3 foram remunerados e 4 não remunerados.

- **Relações de Trabalho**

Em 31 de Dezembro a Electra, SA tinha 34 trabalhadores sindicalizados. O número diminuiu em relação ao ano anterior.

A taxa de sindicalização foi de 30,63% e diminuiu 3,35% em relação ao ano anterior.

INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 2016 continuou-se o processo de consolidação dos procedimentos de reestruturação adaptados ao modelo organizativo do Grupo Electra, sendo de destacar ainda o efeito das variações de preço das matérias-primas do sector de energia, designadamente os preços do barril de petróleo nos mercados internacionais ocorridos em 2016, ajustado a faturação entre a Sociedade e as filiais, a Electra Norte – Sociedade Unipessoal, SA e a Electra Sul – Sociedade Unipessoal, SA, com impato nos resultados do exercício.

As contas de 2016 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-lei nº 5/2008, que entrou em vigor desde 1 de Janeiro de 2009. Por outro lado, foram observadas as alterações havidas no âmbito dos códigos dos impostos, tendo a preocupação crescente de melhoria da qualidade de apresentação e de divulgação das demonstrações financeiras e do relato financeiro.

Desempenho económico

A contribuição da empresa para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país, obtida a partir do Valor Acrescentado Bruto (VAB) foi, em 2016, de mESC 2.406.041, assinalando-se um ligeiro aumento de 0,7% em relação ao período anterior, com um registo apresentado de mESC 2.388.363.

O **resultado líquido do período** atingiu a cifra de mESC 171.657 negativos, representando uma diminuição significativa em relação ao período anterior, cujo montante foi de mESC 818.541 (contas apresentadas). Convém realçar o forte impato nas contas de 2016, do reconhecimento dos resultados negativos da Electra Sul, facto que não havia ocorrido em anos anteriores. Em decorrência disto, as contas de 2015 foram reexpressas por forma a incorporar o efeito acima referido - aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), por via de reconhecimento de perdas por imparidade em dívidas a receber dessa subsidiária. Adicionalmente, para análise dos resultados de 2016 há a referir o comportamento do rédito de vendas e de serviços prestados e os gastos incorridos nas transações entre as empresas do grupo.

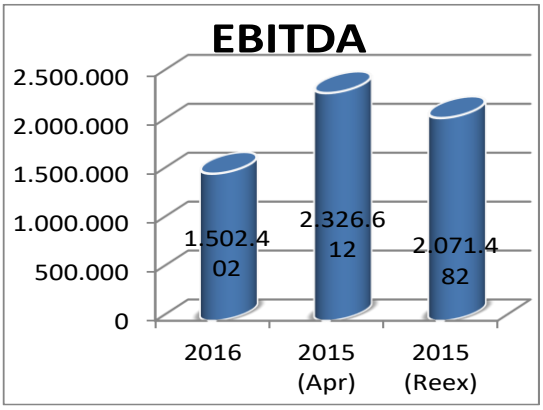
Por outro lado, o registo dos ganhos nas associadas Electra Norte e Cabeólica resultou no aumento dos resultados líquidos da Sociedade, em mESC 168.699 e mESC 5.420 respectivamente.

O quadro a seguir apresenta-nos a estrutura do desempenho económico da Electra, SA, nos últimos dois anos, com informação comparativa do ano anterior apresentado e reexpresso, tendo como referencial o SNCRF.

Demonstração de resultados funcional, em mESC

Rubricas	Ano		Variação
	2016	2015 (Apresentado)	Valor
	(1)	(2)	(4) = (1) - (3)
Volume de negócios	9.284.905	9.566.127	-281.222
Outros rendimentos operacionais	174.119	351.287	-177.168
Total dos rendimentos operacionais	9.459.024	9.917.414	-458.390
Gastos com inventários vendidos e consumidos	-6.630.020	-7.255.624	625.604
Sub - total	-6.630.020	-7.255.624	625.604
Margem bruta	2.829.004	2.661.790	167.214
"Custos" fixos desembolsáveis	-624.760	-451.115	-173.645
"Custos" fixos não desembolsáveis	-2.029.786	-1.006.273	-768.383
Sub - total	-2.654.546	-1.457.388	-942.028
Outros rendimentos	98.865	68.296	30.569
Outros gastos	-75.475	-109.497	34.022
Resultados operacionais	197.848	1.163.201	-710.223
Rendimentos financeiros	10.150	17.023	-6.873
Gastos financeiros	-379.655	-361.683	-17.972
Resultados financeiros	-369.505	-344.660	-24.845
Resultados antes de impostos	-171.657	818.541	-735.068
Resultados líquidos	-171.657	818.541	-735.068
Resultados por acção	-108	516	-464

O EBITDA situou-se em mESC 1.502.402, registando-se uma redução de 35,4% (contas apresentadas) em relação ao exercício de 2015 e de 27,5% (contas reexpressas). Esse valor resultou sobretudo dos custos não desembolsáveis em valor absoluto superiores aos resultados operacionais.



Rendimentos

Os rendimentos operacionais acrescidos aos outros rendimentos e ganhos não financeiros atingiram o valor de mESC 9.557.889, resultando numa diminuição de 4,3% em relação ao ano comparativo, justificado essencialmente pela variação dos preços de produção com impacto no cálculo do preço de venda por atacado contratualizado entre as empresas do grupo e a redução significativa da rubrica ganhos associados a participações financeiras, justificado pela diminuição dos resultados líquidos nas subsidiárias.

RENDIMENTOS NÃO FINANCEIROS (mESC)

Rubricas	Ano		Variação
	2016	2015 (Apresentado)	Valor
	(1)	(2)	(4) = (1) - (3)
Vendas e prestações de serviços	**9.284.905**	**9.566.127**	**-281.222**
Ganhos associados a participações financeiras	**174.119**	**351.287**	**-177.168**
Outros rendimentos e ganhos não financeiros	**98.865**	**68.296**	**30.569**
Total dos rendimentos não financeiros	**9.557.889**	**9.985.710**	**-427.821**

Gastos

Os gastos operacionais ajustados aos outros gastos e perdas não financeiros atingiram o montante de mESC 9.360.041, registando-se um aumento de 4,3% (contas apresentadas) e 3,1% (contas reexpressas) comparativamente ao período anterior, justificado, essencialmente, pelo ajustamento na rúbrica imparidades de dívidas a receber da Electra Sul, conforme tabela a seguir apresentada:

GASTOS NÃO FINANCEIROS (mESC)

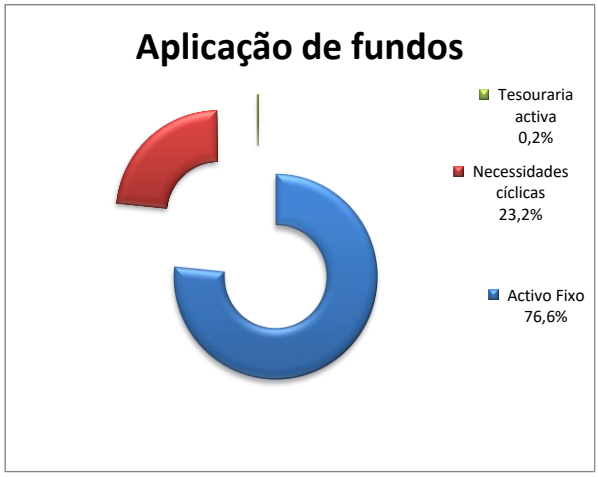
Rubricas	Ano			Variação
	2016	2015 (Apresentado)	2015 (Reexpresso)	Valor
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (3)
Gasto com mercadorias vendidas e consumidas	6.630.020	7.255.624	7.255.624	-625.604
Fornecimentos e serv. externos	422.963	273.427	273.427	149.536
Gastos com o pessoal	201.797	177.688	177.688	24.109
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	698.628	-147.046	108.084	590.544
Provisões (aumentos/reduções)	26.604	-10.092	-10.092	36.696
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	1.304.554	1.163.411	1.163.411	141.143
Outros Gastos operacionais	75.475	109.497	109.497	-34.022
Total dos gastos não financeiros	9.360.041	8.976.527	9.077.639	282.402

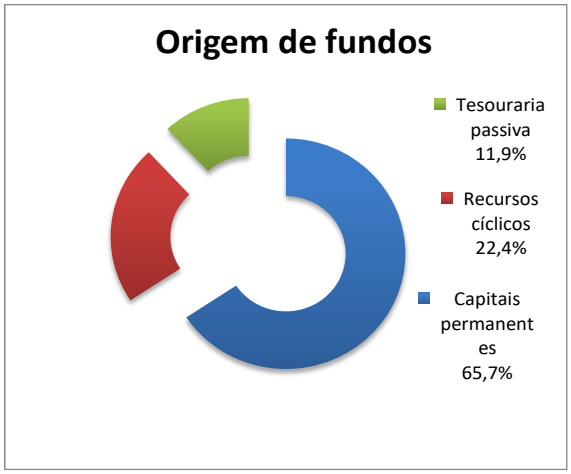
Na rubrica gastos com mercadorias vendidas e consumidas, importa realçar o efeito (i) da redução dos serviços de produção de energia e água facturados pela Electra Norte e Electra Sul, que se fixaram em mESC 5.220.685, representado 78,7%, justificado, essencialmente, pelo abaixamento dos preços de combustíveis, (2015: mESC 5.736.634), (ii) das compras de energia e água em mESC 1.069.513, correspondente a 16,1% e (iii) dos gastos de materiais diversos em mESC 339.822, representando 5,1%. Os fornecimentos e serviços externos agravaram em mESC 149.536, evidenciada nos trabalhos especializados pelo reconhecimento dos gastos de manutenção dos grupos de Lazareto e Palmarejo contratualizado com a Wartsila. O aumento dos gastos com o pessoal justifica-se pelo processamento, com efeitos retroactivos ao ano anterior, da mudança de nível aos trabalhadores pela progressão na carreira conforme o Acordo Colectivo de Trabalho. As perdas por imparidade agravaram pelo impacto negativo dos prejuízos da Electra Sul, compensadas com a reversão de imparidades de clientes do sistema comercial. Não obstante o efeito das reversões de provisões em processos judiciais concluídos, as provisões aumentaram em mESC 36.696 com adição de novos processos

judiciais. Os gastos com depreciações sofreram um acréscimo de 12,1%, justificado pela adição de ativos em 2016.

Posição financeira

No final do exercício económico de 2016, a Electra, SA apresentava um ativo líquido de mESC 15.407.412, alvo de uma redução na ordem de 18,0% em relação ao ano anterior (contas apresentadas) e de 6,2% (contas reexpressas), justificado, essencialmente, pela redução do saldo da conta clientes e da rubrica de ativo fixo tangível pelo abate e alienação de ativos desactivados.





As aplicações eram caracterizadas por um elevado ativo fixo, de baixo grau de liquidez, representando 76,6% do total, contra uma tesouraria activa com apenas 0,2%. Em posição inferior tínhamos as necessidades cíclicas formadas sobretudo por inventários e créditos/clientes, contribuindo com 23,2% do ativo.

Essas aplicações de recursos eram financiadas, em 65,7%, por capitais permanentes (capitais próprios e empréstimos à médio e longo prazos), 22,4% por recursos cíclicos (créditos de fornecedores e outras dívidas de exploração a curto prazo) e 11,9% pela tesouraria passiva (incluindo empréstimos a curto prazo).

Adição de ativos

Em 2016, as adições em ativos somaram mESC 411.214, resultante, essencialmente, do reconhecimento em equipamento básico, da reabilitação da Unidade Dessalinizadora Osmose Inversa de 5.000 m3/dia, instalada na Central Dessalinizadora do Palmarejo – Praia, e na rubrica terrenos e recursos naturais da aquisição de dois terrenos 3 400 m2 e 440,26 m2 situado na Praia de Topo e Alto de Peixinho, Cidade do Porto Novo.

As regularizações nos ativos tangíveis, em mESC 830 611, referem-se ao abate reconhecido em 2016 pela alienação de lotes de equipamentos de Electricidade e Água obsoletos, sendo sucatas de São Vicente e Sal (mESC 825 315) e alienação de duas viaturas (mESC 5 296).

As adições em ativos intangíveis referem-se essencialmente à (i) aquisição de serviços no âmbito do Projecto Redução de Perdas e Melhoria da Qualidade da Energia Eléctrica que consiste no desenvolvimento de sistemas, prestação de serviços e fornecimento de Software, e (ii) implementação do Sistema de Gestão da Manutenção do Primavera e (iii) aquisição de um transformador de rede para Cidade da Praia – Santiago.

Dívidas de clientes

Registou-se uma diminuição da dívida global a receber dos clientes em mESC 359.730 (contas reexpressas) relativamente ao ano anterior, sendo o peso da dívida dos clientes do sistema comercial em 37,3%, dos clientes intra grupo (Electra Sul) em 59,1%, da AEB em 3,5% e outros clientes em 0,1%. Os créditos/clientes líquidos de perdas por imparidade do sistema comercial situaram em mESC 693.657 e intra grupo mESC1.688.712.

Importa realçar o impacto das perdas por imparidade acumuladas na redução do saldo da rubrica clientes (i) em mESC 3.281.934 relativas a imparidades acumuladas de dívidas a receber da Electra Sul e (ii) em mESC 2.444.532 imparidades acumuladas de dívidas a receber de clientes do sistema comercial.

Balanço funcional a final do exercício, em milhares de CVE

Rubricas	Ano			Variação
	2016	2015 (Apresentado)	2015 (Reexpresso)	Valor
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (3
Activo Fixo	**11.811.935**	**12.547.837**	**12.538.324**	**-726.389**
Activo fixo tangível e intangível	**11.170.003**	**12.070.511**	**12.070.511**	**-900.508**
Investimentos financeiros	**641.932**	**477.326**	**467.813**	**174.119**
Necessidades cíclicas	**3.568.799**	**6.223.274**	**3.870.643**	**-301.844**
Inventários	**704.998**	**651.248**	**651.248**	**53.750**
Clientes	**2.685.523**	**5.397.884**	**3.045.253**	**-359.730**
Dívidas a receber exploração CP	**163.932**	**159.823**	**159.823**	**4.109**
Acrésc e diferimentos exploração	**14.346**	**14.319**	**14.319**	**27**
Tesouraria activa	**26.678**	**30.320**	**30.320**	**-3.642**
Disponibilidades	**26.678**	**30.320**	**30.320**	**-3.642**
Total das aplicações	**15.407.412**	**18.801.431**	**16.439.287**	**-1.031.875**

Capitais próprios e passivo

Em 2016, os capitais próprios passaram para mESC 2.576.792 negativos contra mESC 42.991 negativos em 2015 (contas apresentadas) e mESC 2.405.135 negativos (contas reexpressas), aumento justificado, essencialmente, pelo efeito do reconhecimento de perdas por imparidade de dívidas a receber da Electra Sul em sede do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) em mESC 2.362.144 negativos, referentes aos exercícios de 2014 e 2015, acrescido do resultado líquido do período em mESC 171.657 negativos.

O ativo da empresa continuou a ser financiado totalmente pelo passivo, que totalizava no final do ano mESC 17.984.205, dos quais um passivo não corrente de mESC 12.796.388 e um passivo corrente de mESC 5.187.817. O passivo não corrente, com 71,2% do total, é composto sobretudo pelos empréstimos obrigacionistas, das Séries "C" e "D" (parcial), e o empréstimo retrocedido do Estado no valor de mESC 9.352.370. O passivo corrente com um peso de 28,8% do total, compreende, essencialmente, os empréstimos obrigacionistas, das Séries "B" e "D" (prestações vencidas), os saldos aos fornecedores e outros credores entre as empresas do grupo, ao Estado e créditos bancários à tesouraria

Balanço funcional a final do exercício, em milhares de CVE

Rubricas	Ano			Variação
	2016	2015 (Apresentado)	2015 (Reexpresso)	Valor
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (3
Capitais permanentes	**10.121.576**	**14.463.796**	**12.101.652**	**-1.980.076**
Capitais próprios	**-2.576.792**	**-42.991**	**-2.405.135**	**-171.657**
Dívidas a pagar MLP	**12.698.368**	**14.506.787**	**14.506.787**	**-1.808.419**
Recursos cíclicos	**3.449.421**	**4.209.728**	**4.209.728**	**-760.307**
Fornecedores	**762.101**	**918.794**	**918.794**	**-156.693**
Dívidas a pagar exploração CP	**2.537.560**	**3.115.571**	**3.115.571**	**-578.011**
Acrésc e diferimentos exploração	**149.760**	**175.363**	**175.363**	**-25.603**
Tesouraria passiva	**1.836.416**	**127.907**	**127.907**	**1.708.509**
Empréstimos obtidos CP	**1.836.416**	**127.907**	**127.907**	**1.708.509**
Total das orígens	**15.407.412**	**18.801.431**	**16.439.287**	**-1.031.875**

Análise económica e financeira

Os gastos financeiros de financiamento ascenderam a quantia de mESC 379.655, sendo o maior peso nos juros de empréstimos obrigacionistas, juros de outros financiamentos obtidos e da dívida em mora a fornecedores.

Em 2015, os gastos financeiros de financiamento fixaram em mESC 361.683.

A margem bruta estabeleceu-se em mESC 2.829.004, registando-se uma variação positiva de 6,3%, comparativamente a 2015. Esse aumento deveu-se a contribuição das transacções entre empresas, da compensação da variação dos preços de combustíveis e da penetração de energia eólica, não tendo sido registado qualquer apoio institucional do Governo.

Em 2016, a empresa assistiu uma variação negativa de 2,1% (contas reexpressas) da sua autonomia financeira, fixando-se em 16,7% negativos. O mesmo em relação à solvabilidade que fixou-se em 14,3% negativos, ambas influenciadas pelos capitais próprios negativos agravados no período. A empresa apresentava uma estrutura do endividamento (flexibilidade do passivo) de 29,5% e um grau de endividamento dos capitais permanentes de 125,5%, sendo a liquidez geral de 68,1%, inferior ao mínimo exigido da unidade.

No final do período, a empresa apresentava, um fundo de maneio de mESC 1.592.340 negativos, indicando necessidade de injecção de liquidez.

Reduziu-se o prazo médio de recebimento de clientes atingindo 106 dias, justificado pela recuperação de dívida junto dos clientes do sistema comercial (encontro de contas com o Estado) e pelo efeito das imparidades acumuladas na contribuição dos clientes intra grupo. O prazo médio de pagamento a fornecedores abrandou-se para 39 dias. O stock de matérias-primas, subsidiárias e de consumo registou uma duração média de 39 dias, correspondente a um aumento de 6 dias em relação ao ano anterior.

Rácios Financeiros (mESC)

Rácio	Cálculo	2016	2015 (Apresentado)	2015(Reexpresso)
Autonomia financeira	Capital Próprio/Activo	-16,7%	-0,2%	-14,6%
Grau de Endividamento	Passivo/Activo	125,5%	100,3%	119,9%
Solvabilidade	Capital Próprio/Passivo	-14,3%	-0,2%	-12,8%
Estrutura do endividamento	Passivo corrente/Passivo	29,5%	23,0%	23,0%
Cobertura do activo não corrente	(Capital Próprio + Passivo não corrente)/Activo não corrente	86,5%	115,8%	97,1%
Fundo de Maneiro	Activo corrente - Passivo corrente	-1.592.340	1.485.440	-867.191
Fundo de Maneio necessário	Necessidades cíclicas - Recursos cíclicos	119.378	2.013.546	-339.085
Tesouraria	Fundo de Maneio - Fundo de maneio necessário	-1.711.718	-528.106	-528.106
Liquidez geral	Activo corrente/Passivo corrente	68,0%	144,2%	89,9%
Prazo médio de Recebimento, dias	Saldo Cliente*365/Vendas e serviços prestados	106	206	116
Prazo médio de Pagamento, dias	Saldo Fornecedores*365/(Compras + FSE)	39	45	45
Duração Média Existências, dias	Saldo Inventarios*365/GIVC	39	33	33

A rendibilidade bruta das vendas sofreu um acréscimo no exercício de 2,64 p.p., situando-se nos 30,47%.

De um sector nitidamente industrial, a empresa apresentou uma rotação do investimento líquido (ativo fixo mais necessidades de fundo de maneio, ou ativo económico) de 0,778 vezes, contra 0,784 vezes de 2015 (contas reexpressas), correspondente a uma redução de 0,60 p.p.

A empresa apresentou em 2016 uma rendibilidade bruta do ativo de 9,8%, contra 12,6% no ano anterior (contas reexpressas).

Rácios Económico-Financeiros (mESC)

Rácio	Cálculo	2016	2015 (Apresentado)	2015(Reexpresso)
EBITDA	Resultado antes de depr, amort, p/g de fin e impostos	1.502.402	2.326.612	2.071.482
EBIT	Resultado operacionais (antes p/g de fin e impostos)	197.848	1.163.201	908.071
Rendibilidade operacional	EBITDA / Vendas e serviços prestados	16,2%	24,3%	21,7%
Rendibilidade líquida das vendas	Resultado líquido do período / vendas e serviços prestados	-1,8%	8,6%	5,9%
Valor acrescentado bruto (VAB)	Rendimentos operacionais - (Gastos com inventarios vendidos e consumidos + FSE)	2.406.041	2.388.363	2.388.363
Rendibilidade bruta do activo	EBITDA / Activo	9,8%	12,4%	12,6%
Rendibilidade líquida do activo	Resultado líquido do período / Activo	-1,1%	4,4%	3,4%
Rotação do investimento líquido, vezes	Volume de negocio /Activo económico	0,8	0,7	0,8
Return on investment (ROI)	EBIT /Activo Líquido	1,3%	6,2%	5,5%
Margem Operacional	Resultado operacional bruto /Vendas	30,5%	27,8%	27,8%

Em 2016, a empresa apresentou uma rendibilidade bruta do investimento total (*Return on investment*) de 1,3% contra 5,5% em 2015 (contas reexpressas), ambos justificados pelos resultados apurados no período.

Finalmente, a margem operacional atingiu 30,5%, contra 27,8% do exercício anterior, correspondendo a um aumento de 2,64 p.p.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando que:

1. O resultado líquido do exercício de 2016 é de mESC 171.657 negativos;
2. Nesse resultado estão incluídos mESC 174 119 positivos relacionados com resultados imputáveis às participações financeiras detidas na Electra Norte, Sociedade Unipessoal, SA (mESC 168 699) e na Cabeólica, SA (mESC 5 420), valorizadas segundo o Método de Equivalência Patrimonial;
3. A Electra Norte, Sociedade Unipessoal, SA anunciou a não distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2016;
4. A Cabeólica, SA na sua Assembleia Geral realizada no dia 30 de Março de 2017, deliberou distribuir 20% dos resultados líquidos de 2016, cabendo a Electra mESC 1 067, pelo que os resultados não realizados financeiramente ascendem a mESC 4 353;
5. Em resultado do referido em 2., 3. e 4. acima, os resultados não realizados financeiramente ascendem, assim, a mESC 173 052.

Em consequência, o Conselho de Administração decidiu propor à Assembleia Geral que o resultado líquido de 2016 seja aplicado como se segue:

Resultados transitados ……..... mESC 344 709 negativos
Ajustamentos em ativos financeiros (lucros não atribuídos) ..…… mESC 173 052.

Considerando ainda, relativamente ao exercício de 2015:

(i) a seguinte aplicação do resultado líquido de mESC 818 541 aprovada: Reserva legal – mESC 40 927 e Resultados transitados – mESC 777 614;
(ii) Que esse resultado incluía mESC 350 190 não realizados financeiramente respeitantes a resultados imputáveis às participações financeiras detidas na Electra Norte, Sociedade Unipessoal, SA, no valor de mESC 345 558, e na Cabeólica, SA, no valor de mESC 4 632 (derivado de um resultado imputável de mESC 5 729 deduzido de mESC 1 097 referentes a dividendos atribuídos).

O Conselho de Administração propõe que esses mESC 350 190 sejam transferidos de Resultados transitados para Ajustamentos em ativos financeiros (lucros não atribuídos).

S. Vicente, 25 de Maio de 2017

O Conselho de Administração

Engº. Alexandre Monteiro	Eng.º Manuel Jesus Silva	Dr. Alcindo Mota
Presidente	Administrador Executivo	Administrador Executivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2016

ELECTRA - EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SARL
Sede: Mindelo - Cabo Verde
NIF: 200486616

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de escudos)

RUBRICAS	Notas	31-12-2016 Valores	31-12-2015 (Apresentado) Valores	31-12-2015 (Reexpresso) Valores
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	**3**			
Terrenos e recursos naturais		204 583	194 042	194 042
Edifícios e outras construções		1 605 453	1 658 305	1 658 305
Equipamento básico		7 297 991	8 320 903	8 320 903
Equipamento de transporte		38 856	38 521	38 521
Equipamento administrativo		2 024	5 735	5 735
Outros activos fixos tangíveis		178 511	120 714	120 714
Activos intangíveis	**4**	1 842 585	1 732 291	1 732 291
Participações Financeiras- metodo Equivalência Patrimonial	**5**	641 932	477 326	467 813
Total do activo não corrente		**11 811 935**	**12 547 837**	**12 538 324**
Activo corrente				
Inventários				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	**6**	704 998	651 248	651 248
Clientes	**7**	2 685 523	5 397 884	3 045 253
Adiantamentos a fornecedores	**8**	19 066	11 732	11 732
Outras contas a receber	**9**	144 866	148 091	148 091
Diferimentos	**10**	14 346	14 319	14 319
Caixa e depósitos bancários	**11**	26 678	30 320	30 320
Total do activo corrente		3 595 477	6 253 594	3 900 963
Total do activo		**15 407 412**	**18 801 431**	**16 439 287**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado				
Capital social	**12**	1 585 262	1 585 262	1 585 262
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		263 220	263 220	263 220
Prémios de Emissão		981 478	981 478	981 478
Reservas Legais		52 220	11 293	11 293
Outras reservas		1 817 020	1 817 020	1 817 020
Excedente de Revalorização de Activos Fixos		54 803	54 803	54 803
Resultados transitados		(7 159 138)	(5 574 608)	(7 681 622)
Resultado líquido do período		(171 657)	818 541	563 411
Total do capital próprio (antes de interesses minoritários)		**(2 576 793)**	**(42 991)**	**(2 405 135)**
Interesses minoritários				
Total do capital próprio		**(2 576 793)**	**(42 991)**	**(2 405 135)**
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	**13**	98 020	71 417	71 417
Financiamentos obtidos	**14**	12 698 368	14 506 787	14 506 787
Total do passivo não corrente		12 796 388	14 578 204	14 578 204
Passivo corrente				
Fornecedores	**15**	762 101	918 794	918 794
Estado e outros entes públicos	**16**	824 055	1 626 148	1 626 148
Financiamentos obtidos	**14**	1 836 416	127 907	127 907
Outras contas a pagar	**17**	1 615 485	1 418 006	1 418 006
Diferimentos	**18**	149 760	175 363	175 363
Total do passivo corrente		5 187 817	4 266 218	4 266 218
Total do passivo		**17 984 205**	**18 844 422**	**18 844 422**
Total do capital próprio e do passivo		**15 407 412**	**18 801 431**	**16 439 287**

O Contabilista Certificado | O Diretor Financeiro | O Conselho de Administração

ELECTRA - EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SARL
Sede: Mindelo - Cabo Verde

NIF: 200486616

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E 1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS		PERIODO		
		2016	2015 Apresentado	2015 Reexpresso
	Notas		Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	19	9 284 905	9 566 127	9 566 127
Subsídios à exploração				
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5	174 119	351 287	351 287
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	(6 630 020)	(7 255 624)	(7 255 624)
Resultado operacional bruto		2 829 004	2 661 790	2 661 790
Fornecimentos e serviços externos	20	(422 963)	(273 427)	(273 427)
Valor acrescentado bruto		2 406 041	2 388 363	2 388 363
Gastos com o pessoal	21	(201 797)	(177 688)	(177 688)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(698 628)	147 046	(108 084)
Provisões (aumentos/reduções)	13	(26 604)	10 092	10 092
Outros rendimentos e ganhos	22	98 865	68 296	68 296
Outros gastos e perdas	23	(75 475)	(109 497)	(109 497)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		**1 502 402**	**2 326 612**	**2 071 482**
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	24	(1 304 554)	(1 163 411)	(1 163 411)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis				
Resultado operacional		**197 848**	**1 163 201**	**908 071**
Juros e ganhos similares Obtidos	25	10 150	17 023	17 023
Juros e perdas similares suportados	26	(379 655)	(361 683)	(361 683)
Resultado antes de impostos		**(171 657)**	**818 541**	**563 411**
Imposto sobre o rendimento do período	27			
Resultado líquido do período		**(171 657)**	**818 541**	**563 411**
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		(171 657)	818 541	563 411
Resultado por acção básico	28	**(108)**	**516**	**355**

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

ELECTRA - EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SARL
Sede: Mindelo - Cabo Verde
NIF: 200486616

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E 1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS		PERIODO	
		2016	2015
	Notas	Valores	Valores
Método Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		10 338 742	4 539
Pagamentos a fornecedores		(8 039 433)	(4 739)
Pagamentos ao pessoal		(178 503)	-
Caixa gerada pelas operações		2 120 806	(200)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(1 487 816)	81 749
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**632 990**	**81 549**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		(262 737)	-
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**(262 737)**	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(99 910)	(53 322)
Juros e gastos similares		(273 986)	(36 266)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**(373 896)**	**(89 588)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**(3 642)**	**(8 039)**
Efeito das direrenças de câmbio		**0**	**0**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**30 320**	**38 359**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**26 678**	**30 320**

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

Nota: *A análise comparativa da Demonstração de Fluxos de Caixa deve ter em consideração o facto de em 2016, visando uma melhor apresentação, terem sido considerados como fluxos de caixa os encontros de contas efetuados com as participadas e com o Estado de Cabo Verde (ver Nota 7), bem como as operações que, apesar de não passarem por contas bancárias da Empresa (ver igualmente Nota 7), mas que, em substância, são geradoras de fluxos de caixa.*

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
E 1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

DESCRIÇÃO		Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital								
			Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Prestações suplementares e outros instrumentos	Prémios de emissão	Resultados Transitados	Resultado liquido do período	Total
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2015	**1**	**12**	**1 585 262**	**-**	**1 817 020**	**54 803**	**263 220**	**981 478**	**(5 789 170)**	**225 856**	**(1 087 387)**
ALTERAÇOES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO											
Resultado líquido do período			-	-	-	-	-		-	818 541	818 541
Outras alterações reconhecidas no capital próprio - correções de erros			-	-	-	-			(2 107 014)	(255 130)	(2 362 144)
RESULTADO EXTENSIVO	**2**		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2 107 014)**	**563 411**	**(1 543 603)**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											-
Realizações de capital							-				-
	3		-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES											
Aplicação de resultados do exercício anterior			-	11 293		-	-	-	214 563	(225 856)	-
	4		**-**	**11 293**	**-**	**-**	**-**	**-**	**214 563**	**(225 856)**	**-**
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2015 (REEXPRESSO)	**1+2+3+4**	**12**	**1 585 262**	**11 293**	**1 817 020**	**54 803**	**263 220**	**981 478**	**(7 681 622)**	**563 411**	**(2 405 135)**
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2016	**1**	**12**	**1 585 262**	**11 293**	**1 817 020**	**54 803**	**263 220**	**981 478**	**(7 681 622)**	**563 411**	**(2 405 135)**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO											
Resultado líquido do período			-	-	-	-	-			(171 657)	(171 657)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											-
Outras operações com detentores de capital			-		-	-				-	-
	3		-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES											
Aplicação de resultados do exercício anterior			-	40 926	-	-	-	-	522 485	(563 411)	-
	4		**-**	**40 926**	**-**	**-**	**-**	**-**	**522 485**	**(563 411)**	**-**
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2016	**1+2+3+4**	**12**	**1 585 262**	**52 219**	**1 817 020**	**54 803**	**263 220**	**981 478**	**(7 159 138)**	**(171 657)**	**(2 576 793)**

O Contabilista Certificado

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A ELECTRA - Empresa de Eletricidade e Água, SA (adiante designada por ELECTRA ou Sociedade) foi criada pelo Decreto-Lei nº 37/82, de 17 de Abril, como uma Empresa Pública, tendo sido, pelo Decreto-Lei nº 68/98, de 31 de Dezembro, transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada. O capital social da Sociedade ascende a mESC 1 585 262, tendo o Estado uma participação de 77,731%, o INPS 16,592% e o conjunto de municípios 5,677%.

O objeto social da ELECTRA, definido pelos seus Estatutos, consiste na produção, transporte e distribuição e venda de água e eletricidade, bem como na recolha e o tratamento para reutilização de águas residuais, em todo o território nacional, podendo ainda dedicar-se a outras atividades relacionadas com o seu objeto social.

Até 30 de Junho de 2013 a Sociedade exerceu a atividade de produção, transporte e distribuição e venda de eletricidade e água, assim como a recolha e tratamento de águas residuais para reutilização, ao abrigo, respetivamente, dos Decretos-Lei nº 54/99, de 30 de Agosto, e nº 75/99, de 30 de Dezembro, os quais referem que após a privatização da Sociedade esta obterá licença automática para continuar a prestar os serviços regulados nos diplomas referidos. No dia 24 de Maio de 2002, o Estado de Cabo Verde e a Electra assinaram o Contrato Geral de Concessão de Transporte e Distribuição de Energia Elétrica e Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais para Reutilização ("Contrato Geral"), nos termos do qual o prazo de concessão foi fixado em 36 anos, podendo o mesmo ser renovado ou prorrogado por períodos mínimos de 18 anos, a contar a partir de Janeiro de 2000. O prazo a partir do qual o Estado de Cabo Verde pode, se justificado por motivos de interesse público, resgatar a concessão foi fixado em, pelo menos, 18 anos, tendo a Electra direito a uma indemnização igual ao valor de mercado da concessão na data do resgate, sem prejuízo de eventual indemnização por perdas e danos causados. A licença relativa à atividade de produção através dos centros

produtores atualmente existentes foi concedida à Sociedade, no âmbito das Leis da Eletricidade e Água.

Após o terceiro ano de gestão privada, o Estado de Cabo Verde pode autorizar o estabelecimento em território nacional de outros operadores no domínio da produção de eletricidade.

Com a assinatura dos acordos de transferência dos sistemas de produção e distribuição de eletricidade e água dos Municípios, a ELECTRA passou a assumir as atividades anteriormente exercidas por catorze Municípios, tendo integrado na sua estrutura o pessoal, o ativo imobilizado e, em alguns casos, as existências e os direitos e obrigações que pertenciam àqueles Municípios e afetas às atividades integradas. Contrariamente ao inicialmente previsto, a integração do serviço de recolha e tratamento de águas residuais de S. Vicente ainda não ocorreu.

A Sociedade conta actualmente com Delegações em todas as ilhas habitadas do país, com exceção da Boa vista e tem a sua Sede na Rua Baltazar Lopes da Silva, nº 10 -1º, na cidade do Mindelo (S. Vicente).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2010, de 16 de Abril, alterada pela Resolução n.º 26/2011, de 8 de Agosto, marcou o arranque efetivo do processo de reestruturação da ELECTRA, com a criação de duas filiais, respetivamente, a Electra Sul – Sociedade Unipessoal, S.A., com sede na Praia, e Electra Norte, Sociedade Unipessoal, S.A., com sede em São Vicente, com jurisdição sobre as ilhas de Sotavento e de Barlavento, exceto na Boavista, que já beneficia de solução própria. A operacionalização destas filiais ocorreu em 1 de Julho de 2013.

Nos termos das Resoluções antes referidas, a Electra SA transmitiu para a Electra Sul e para a Electra Norte o estabelecimento de exploração de transporte e distribuição de energia elétrica e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização, através de Contratos de Subconcessão. Complementarmente, as partes celebraram Contratos de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção, nos termos dos quais é transferida para as duas filiais o estabelecimento de exploração de produção de energia elétrica e água dessalinizada e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização.

Relativamente à ilha da Boavista, em Setembro de 2010 a Electra celebrou com a sociedade AEB - Águas e Energia da Boavista, S.A. um contrato, tendo por objeto a

subconcessão dos serviços relativos ao transporte e distribuição de energia elétrica e água nessa ilha, autorizada pelo Decreto-lei n.º 26/2008, de 1 de Setembro, transferindo para a Subconcessionária AEB os direitos e obrigações de que é titular a Concessionária, conforme o Contrato Geral.

Contudo, até a data da emissão destas contas, o contrato de subconcessão não tinha entrado em vigor, não obstante um enorme esforço de gestão e financeiro despendido pela Electra, pelo facto de a Concessionária não consentir com um Caso Base apresentado pela Subconcessionária, por falta de clareza e de uma discussão alargada, e também da exigência na cláusula 52ª do contrato, da aprovação pela Entidade Reguladora do Sector de um tarifário específico de venda de energia elétrica e água que seja consentâneo com o referido Caso Base que, a existir, representará uma derrogação do princípio de solidariedade nacional, na fixação de tarifas de eletricidade.

Entretanto, a Electra cessou toda a sua atividade na Ilha, ficando simplesmente como acionista da AEB, cuja participação no capital social equivalente a 10% se previa que fosse realizada em 2012, em espécie, com base no património ativo, afeto à produção e à comercialização, o que não aconteceu. Esses ativos foram alvo de um processo de atualização e de re-mensuração, com inclusão de itens antes omissos na escrita, revalorização e reconhecimento de perdas por imparidade. Procedeu-se à desvinculação coletiva dos trabalhadores e prevê-se a cessão de bens postos em concessão pela Concessionária, cujos custos, por força de um Protocolo de Intenções assinado entre o Estado, a Electra, a SDTIBM, a BUCAN e a Cassa, a 25 de Janeiro de 2008, deverão merecer uma indemnização do Estado.

NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para distribuição em 25 de Maio de 2017.

No exercício de 2016 a Sociedade procedeu ao reconhecimento dos efeitos relativos à participação detida na Electra Sul, a título de correção de erro, tendo, em conformidade, feito a reexpressão da informação financeira comparativa do exercício de 2015, como segue:

	mESC	
	2015 (Reexpresso)	2015 (Apresentado
Participações financeiras (ver Notas 5 e 7)	467 813	477 326
Clientes (ver Nota 7)	3 045 253	5 397 884
Resultados transitados (ver Notas 7 e 12)	7 681 622	5 574 808
Resultado do período (ver Nota 7)	563 411	818 541

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações e ativos intangíveis e amortizações

(i) Ativos de propriedade da Sociedade

Os ativos fixos tangíveis encontram-se expressos ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de fatura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade (ver Notas 1.2 e 3), sendo acrescidos os respetivos encargos financeiros durante o período de construção/instalação.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Sociedade e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Os custos com o desmantelamento dos bens no final da sua vida útil, a haver, não assumem valores significativos.

No âmbito dos Contratos de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção celebrados entre as partes, a Sociedade disponibilizou às suas subsidiárias os ativos (equipamentos e instalações) afetos à produção de eletricidade e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização.

Depreciações

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou reavaliação pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	2,5% - 12,5%
Equipamento básico	5% - 25%
Equipamento de transporte	12,5%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Outros ativos fixos tangíveis	8,33% - 25%

Os ativos tangíveis subsidiados por terceiros são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Sociedade, sendo o respetivo custo compensado em Proveitos operacionais – Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 23), pela redução dos subsídios registados em Diferimentos (Passivo) (ver Nota 18).

(ii) Ativos afetos à concessão e amortizações

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 76/98, de 31 de Dezembro, e do contrato assinado pelas partes em Maio de 2002, a concessão à Sociedade da distribuição de energia elétrica e água envolve a afetação a essa atividade dos respetivos bens, propriedade do Estado de Cabo Verde.

Sendo as Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standard (IAS)/ International Financial Reporting Standard (IFRS)) subsidiárias do SNCRF, e não havendo no SNCRF normativo relativo ao tratamento das concessões, é aplicado aos ativos da concessão o definido no Internacional Financional Report Interpretation Commitee 12 (IFRIC 12).

Com base neste IFRIC, os investimentos afetos à concessão, postos em concessão pelo concedente, não são objeto de registo, e os investimentos afetos à concessão, postos em concessão pela Electra, os quais no final da concessão revertem para o Estado de Cabo Verde, são registados como Ativos Intangíveis (ver Nota 4) pelo valor do investimento efetuado, ao qual não é acrescida qualquer margem, sendo adicionados os respetivos encargos financeiros relativos ao período de construção/instalação.

Os investimentos de expansão (aqueles que provocam um aumento do negócio) são tratados da mesma forma que os investimentos postos em concessão pela Electra. Não são estimados investimentos de substituição da responsabilidade da Electra, envolvendo valores significativos, até ao final da concessão.

Através de Contratos de Subconcessão de estabelecimento de exploração de transporte e distribuição de energia elétrica e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização celebrados entre as partes, o transporte e distribuição de energia elétrica e recolha e tratamento de águas residuais, antes efetuados pela Electra SA, passou, em 1 de Julho de 2013, a ser efetuado pelas subsidiárias, Electra Norte e Electra Sul. Nesta base, passou a ser responsabilidade das subsidiárias a manutenção operacional dos sistemas associados às redes de transporte e distribuição, bem como a realização de todos os trabalhos necessários para que os referidos sistemas satisfaçam cabal e continuadamente o fim a que se destinam.

Amortizações

As amortizações dos bens postos em concessão pela Electra são calculadas sobre os valores de aquisição pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal durante o período da concessão.

A manutenção, reparação e substituição dos bens afetos à concessão são da responsabilidade da Sociedade durante o período do contrato de concessão

1.2 Imparidade de ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos, quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa).

1.3 Inventários e ajustamentos

Os inventários são constituídos essencialmente por peças de reserva para os equipamentos e materiais diversos.

O custo de aquisição das matérias-primas, subsidiárias e de consumo inclui o preço da fatura do fornecedor acrescido dos gastos adicionais de compra, exceto quanto a uma parte dos inventários que foi, em exercícios anteriores, mensurada com base em avaliações técnicas efetuadas internamente e no custo de reposição.
A água potável em depósitos no final do exercício não é objeto de contabilização, não sendo, contudo, o seu valor significativo.

O método de custeio das saídas de inventários é o Custo Médio Ponderado.
Na ausência de elementos que permitam o cálculo do montante real das perdas de valor em Inventários, por referência a critérios de avaliação técnico-comercial, o ajustamento de inventário calculado pela Sociedade assume um carácter genérico (ver Nota 6).

No âmbito da reestruturação, a Sociedade continua a ser proprietária dos inventários e a assumir a sua gestão e, mediante requisições, os fornece às subsidiárias, ao preço de custo.

1.4 Investimentos financeiros

Referem-se às participações correspondentes a 3,75% detida na Cabeólica, S.A. e a 100% detidas na Electra Sul, S.A., e na Electra Norte, S.A. A Sociedade exerce influência significativa na primeira, por integrar o Conselho de Administração, e exerce controlo sobre as outras duas, encontrando-se, por isso, as participações valorizadas de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial.
Segundo este método o investimento é inicialmente registado pelo seu custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor no capital próprio da participada.

Os preceitos contabilísticos vigentes em Cabo Verde não contemplam a preparação e apresentação de contas consolidadas.

1.5 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual ou valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Sociedade, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 7 e 9).

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

A Sociedade utiliza o critério de reconhecer em imparidade 100% dos saldos de clientes vencidos há mais de 12 meses (excluindo Estado e Entidades Publicas).

1.6 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo considerados como caixa e equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1.7 Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.8 Empréstimos Obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se aplicável; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.9 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2012 a 2016 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.10 Provisões para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.11 Reconhecimento do rédito

(i) Vendas e prestações de serviços

Os proveitos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador.

(ii) Subsídios

Os subsídios do Governo só são reconhecidos após existir segurança de que a Sociedade cumprirá as condições a eles associadas e os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar a Sociedade por investimentos efetuados em ativos tangíveis afetos à produção, são registados na rubrica de Diferimentos (passivo) (ver Nota 18) e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado (ver Nota 23).

1.12 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro e risco de liquidez.

(i) Risco cambial

O risco cambial é muito reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, essencialmente, efetuadas as compras ao estrangeiro, sendo as compras em outras moedas de pouca relevância, e (b) as vendas são realizadas em Cabo Verde.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem "swaps" de taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Desde Julho de 2013, a Sociedade passou a contar com dois clientes principais, as suas subsidiárias Electra Sul e a Electra Norte, pelo que existe uma forte concentração de risco de crédito. Pela atividade exercida até 30 de Junho de

2013, dispõe ainda de valores a receber de consumidores de energia elétrica e água, em relação aos quais se reconhece alguma concentração de risco de crédito, estando, contudo, definidas políticas de corte de serviço que procuram assegurar que as vendas efetuadas sejam cobradas.

(iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades de fundos através de facilidades de crédito negociadas. Devido à natureza dinâmica dos seus negócios, a Sociedade tem como objetivo uma gestão flexível de fundos através da manutenção das linhas de crédito disponibilizadas pelos bancos.

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos apresenta-se da seguinte forma:

	mESC	
	2016	2015 (reexpresso)
Activo Corrente	2 857 067	3 223 664
Passivo Corrente	(5 038 057)	(4 090 855)
Fluxos de Caixa das Actividades operacionais	n/d	7 087
	(2 180 990)	(860 104)

O ativo corrente encontra-se deduzido dos Inventários, por admitir-se que parte significativa não será realizável a curto prazo (ver Nota 6), dos Adiantamentos a fornecedores (ver Nota 8) e dos Diferimentos (ver Nota 10). O Passivo corrente encontra-se deduzido dos Diferimentos (ver Nota 18).

Não se encontra disponível (n/d) informação sobre os fluxos de caixa das atividades operacionais para o próximo exercício, sendo, contudo, expectável que venham a atingir valores pouco significativos.

Porque estão previstos investimentos em Ativos fixos tangíveis no próximo exercício envolvendo valores significativos e os juros dos financiamentos ascenderão a cerca de mESC 390 000, a Sociedade poderá recorrer a financiamentos para o reforço da sua tesouraria e conclusão do seu plano de investimentos.

A Sociedade não utiliza derivativos na gestão dos seus riscos operacionais e financeiros, quer para cobertura, quer para negociação (especulação).

1.13 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial do Banco de Cabo Verde em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data são reconhecidas nos resultados.

As transações em moeda estrangeira foram efetuadas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110$265).

1.14 Especialização de exercícios

Os ganhos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e ganhos gerados, são registadas no balanço nas rubricas de Outras contas a pagar e Outras contas a receber.

1.15 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a Sociedade garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica Outras contas a pagar (ver Nota 17).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou

futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma, exceto no caso referido em 1.16 abaixo.

No âmbito dos contratos de Subconcessão e de Estabelecimento de exploração de produção celebrados entre as partes, os trabalhadores afetos aos quadros de produção e de transporte e distribuição foram transferidos para as subsidiárias, com todos os direitos e obrigações que detinham na Sociedade.

1.16 Pensões de reforma

A Sociedade assumiu a responsabilidade para com 1 trabalhador (1 em 2015) que se encontra atualmente na reforma, sendo-lhe pago a diferença entre a pensão paga pelo INPS e o salário líquido recebido à data de reforma. Devido à imaterialidade dos valores envolvidos, tendo em conta a idade do reformado e valores que aufere (em 2016 e 2015 foram pagos *mESC* 96), registados na rubrica de Gastos com o pessoal, esta responsabilidade não se encontra registada.

1.17 Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal ou presente, caso aplicável.

1.18 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais. As diferenças de estimativa são registadas em rendimentos/gastos do exercício nas rubricas respetivas da natureza do rendimento ou gasto.

NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também equivalentes de caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa, assim como os

descobertos bancários, que são apresentados no Balanço em Financiamentos Obtidos.

Na Nota 11 é apresentada a conciliação do saldo de Caixa e depósitos bancários no Balanço e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	RECURSOS NATURAIS	OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	CARGA E TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2015							
Valor de aquisição ou reavaliado	173 596	2 280 920	13 486 309	219 130	208 817	97 518	16 466 291
Depreciação acumulada	-	(1672 856)	(8689 209)	(176 436)	(200 914)	(41 713)	(1 0781 128)
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Valor escriturado	**173 596**	**608 065**	**4 797 100**	**42 694**	**7 904**	**55 805**	**5 685 164**
VARIAÇÕES EM 2015							
Valor liquido inicial	173 596	608 065	4 797 100	42 694	7 904	55 805	5 685 164
Aquisições	20 446	1 122 436	4 532 676	5 561	1 388	68 334	5 750 842
Transferências	-	-	-	-	4 704	(4 704)	-
Abates e alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(143 804)	(1 839)	-	-	(145 643)
Abates e alienações-depreciação acumulada	-	-	111 809	1 705	-	-	113 514
Regularizações	-	-	(2 517)	-	-	14 488	11 971
Depreciação do exercicio	-	(72 197)	(974 362)	(9 601)	(8 259)	(13 208)	(1077 628)
Valor liquido	**194 042**	**1 658 305**	**8 320 902**	**38 521**	**5 737**	**120 714**	**10 338 221**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015							
Valor de aquisição ou reavaliado	194 042	3 403 356	17 875 181	222 853	214 910	161 148	22 071 490
Depreciação acumulada	-	(1745 053)	(9554 279)	(184 332)	(209 173)	(40 434)	(1 1733 271)
Valor escriturado	**194 042**	**1 658 305**	**8 320 902**	**38 521**	**5 735**	**120 714**	**10 338 221**
VARIAÇÕES EM 2016							
Valor liquido inicial	194 042	1 658 305	8 320 902	38 521	5 735	120 714	10 338 219
Aquisições	10 541	40 943	70 500	8 646	3 747	80 197	214 574
Abates e alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(825 315)	(5 296)	-	-	(830 611)
Abates e alienações-depreciação acumulada	-	-	825 315	5 296	-	-	830 611
Regularizações	-	-	-	-	-	(7 168)	(7 168)
Depreciação do exercicio	-	(93 794)	(1093 411)	(8 311)	(7 459)	(15 232)	(1218 207)
Valor liquido	**204 583**	**1 605 454**	**7 297 991**	**38 856**	**2 023**	**178 511**	**9 327 418**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016							
Valor de aquisição ou reavaliado	204 583	3 444 299	17 120 366	226 203	218 657	234 177	21 448 285
Depreciação acumulada	-	(1 838 847)	(9 822 375)	(187 347)	(216 632)	(55 666)	(1 2120 867)
Valor escriturado	**204 583**	**1 605 453**	**7 297 991**	**38 856**	**2 024**	**178 511**	**9 327 419**

As principais adições de 2016 compreendem, essencialmente, (i) em Equipamento básico, cerca de mESC 70 000 relativos à reabilitação da Unidade Dessalinizadora Osmose Inversa, Pridesa, com capacidade diária de produção de 5.000 m3, instalada na Central Dessalinizadora do Palmarejo – Praia, (ii) em Edifícios e outras construções, mESC 2 367 relativos a remodelação do Laboratório de Palmarejo e mESC 38 576 outras construções, (iii) em Terrenos e recursos naturais, a aquisição de dois terrenos 3 400 e 440,26 m2 situado na Praia de Topo e Alto de Peixinho, Cidade do Porto Novo, e (iv) em Outros activos fixos tangíveis, o projecto de recuperação de perdas (incluindo equipamentos e consultorias), no montante de mESC 76 914, em curso à data do balanço.

Em 2015, as principais adições compreendiam, essencialmente, (i) em Equipamento básico, mESC 4 532 591 relativos à aquisição de dez grupos eletrogéneos, sendo um

para cada uma das centrais únicas de Santo Antão, São Nicolau e Fogo, dois para Extensão III da central termoelétrica do Palmarejo e dois para Extensão I da central termoelétrica do Lazareto; (ii) em Edifícios e outras construções, mESC 1 085 790 relativos a trabalhos de construção civil das centrais de Santo Antão e São Nicolau; (iii) em Outros ativos fixos tangíveis, mESC 52 077 referentes a ferramentas e equipamentos da oficina de manutenção dos grupos acima referidos; esses investimentos foram feitos pelo Estado de Cabo Verde e transferidos para a Sociedade através de contratos de retrocessão, conforme se refere na Nota 14; (iv) em Terrenos e recursos naturais, a aquisição de um terreno 487,5 m2 situado na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo.

Os abates e alienações em 2016 dizem essencialmente respeito ao dessalinizador MED 2400 de Matiota e outros equipamentos de electricidade e água, cujos custos de aquisição ascendiam a mESC 570 958 mESC 254 356, respetivamente, e se encontravam totalmente depreciados. Foram vendidos pelo preço global de mESC 7 700 à Desindava – Desmantelamento Industrial Nava, que procedeu ao seu desmantelamento, originando, assim, mais valia nesse montante.

Em 2015, os mESC 145 643 de abates referiam-se ao sinistro do Motor Cat 1 na central do Lazareto (mESC 143 804) e à alienação de uma viatura (mESC 1 839), tendo originado menos valias de mESC 32 129 (ver Nota 23).

NOTA 4 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica compreende, essencialmente, os direitos relativos à distribuição de energia e água e saneamento.

Os movimentos ocorridos durante o exercício nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	Distribuição de Energia	Distribuição de Agua	Saneamento	Outros	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2015					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 057 063	203 691	67 941	153 963	2 482 658
Depreciação acumulada	(465 205)	(44 536)	(16 146)	(136 580)	(662 467)
Valor escriturado	**1 591 858**	**159 155**	**51 795**	**17 383**	**1 820 191**
VARIAÇÕES EM 2015					
Valor liquido inicial	1 591 858	159 155	51 795	17 383	1 820 191
Aquisições	-	-	-	9 855	9 855
Regularizações	(11 971)	-	-	-	(11 971)
Depreciação do exercicio	(69 974)	(6 676)	(2 365)	(6 769)	(85 784)
Valor liquido	**1 509 913**	**152 480**	**49 429**	**20 469**	**1 732 291**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 045 092	203 691	67 941	163 818	2 480 542
Depreciação acumulada	(535 179)	(51 211)	(18 511)	(143 349)	(748 250)
Valor escriturado	**1 509 913**	**152 480**	**49 430**	**20 469**	**1 732 291**
VARIAÇÕES EM 2016					
Valor liquido inicial	1 509 913	152 480	49 430	20 469	1 732 292
Aquisições	2 036	-	-	194 604	196 640
Depreciação do exercicio	(70 042)	(6 676)	(2 365)	(7 265)	(86 347)
Valor liquido	**1 441 907**	**145 804**	**47 065**	**207 808**	**1 842 585**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 047 128	203 691	67 941	358 422	2 677 182
Depreciação acumulada	(605 221)	(57 887)	(20 876)	(150 614)	(834 597)
Valor escriturado	**1 441 907**	**145 804**	**47 064**	**207 808**	**1 842 585**

As adições do ano referem-se essencialmente (i) ao projecto de recuperação de perdas, incluindo essencialmente consultorias, no montante de mESC 146 233, em curso à data do balanço, e (ii) implementação do Sistema de Gestão da Manutenção do Primavera, no montante de mESC 5 951.

NOTA 5 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Resume-se no quadro seguinte as informações relativas às participações financeiras valorizadas segundo o Método de Equivalência Patrimonial (MEP):

	mESC			
	Cabeólica	Electra Sul	Electra Norte	Total Participação
Saldo em 31.12.2013	2 688	9 513	52 656	64 857
Quota parte nos resultados de 2014	2 633	-	58 549	61 182
Saldo em 31.12.2014	5 321	9 513	111 205	126 039
Quota parte nos resultados de 2015	5 729	-	345 558	351 287
Saldo em 31.12.2015 (Apresentado)	11 050	9 513	456 763	477 326
Saldo em 31.12.2015 (Reexpresso)	11 050	-	456 763	467 813
Quota parte nos resultados de 2016	5 420	-	168 699	174 119
Saldo em 31.12.2016	16 470	-	625 462	641 932
% de Participação	3.75%	100%	100%	
Sede	Praia	Praia	Mindelo	

Estes investimentos foram valorizados segundo o MEP porque a Sociedade detém controlo na Electra Sul e na Electra Norte e exerce influência significativa, por via de participação no Conselho de Administração, na Cabeólica.

Por apresentar capital próprio negativo, a participação na Electra Sul foi objeto de ajustamento por imparidade. Em 2016, os mESC 9 513 referentes à cedência de ativos efetuados por esta participada destinada a futuro aumento de capital foram igualmente ajustados por imparidade (ver Nota 7), por reexpressão.

As informações financeiras das participadas à data de 31 de Dezembro de 2016 resumem-se como segue (em mESC):

	Cabeólica	Electra Norte	Electra Sul
Total do activo	5 953 509	1 563 229	3 154 011
Capital próprio	355 879	625 462	(3 291 447)
Total do passivo	5 597 630	937 766	6 445 458
Rendimentos	1 180 590	5 449 038	7 349 247
Resultado líquido	144 530	168 699	(929 303)

NOTA 6 - INVENTÁRIOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	mESC	
	2016	**2015**
Materiais diversos	771 967	718 218
Menos:		
Perdas por imparidade acumuladas	(66 969)	(66 969)
	704 998	651 248

A rubrica de materiais diversos compreende, essencialmente, acessórios para produção, distribuição e comercialização de energia e água.

As perdas por imparidade não registaram qualquer movimento nos exercícios de 2016 e 2015. O saldo em balanço corresponde ao montante necessário para reduzir o valor dos inventários evidenciado no balanço ao respetivo valor realizável líquido, estimado com base em critérios técnicos e de gestão.

NOTA 7 - CLIENTES

Por tipo de clientes, os saldos decompõem-se como segue:

	mESC		
	2016	2015 (Apresentado)	2015 (Reeexpresso)
Domésticos	2 545 751	2 662 749	2 662 749
Empresas privadas	482 834	688 093	688 093
Autarquias	323 538	1 438 759	1 438 759
Estado	28 817	72 088	72 088
Empresas públicas	11 746	15 443	15 443
Clientes aplicação comercial	3 392 685	4 877 132	4 877 132
Acordos de pagamentos de Clientes Diversos	(153 055)	(153 055)	(153 055)
Diferença entre a aplicação comercial e saldos contabilísticos	76 174	(119 518)	(119 518)
Pagamentos não alocados	(177 615)	(197 949)	(197 949)
Saldos contabilísticos (comparavel com a comercial)	3 138 189	4 406 610	4 406 610
Menos: Perdas por Imparidade acumuladas	(2 444 532)	(2 672 485)	(2 672 485)
Total consumidor final	693 657	1 734 125	1 734 125
Clientes Partes Relacionadas			
Electra Sul	4 970 646	3 427 051	3 427 051
Menos: Perdas por Imparidade acumuladas	(3 281 934)	-	(2 352 631)
	1 688 712	3 427 051	1 074 420
Clientes Diversos			
Outros	303 153	236 708	236 708
Total Clientes Diversos	303 153	236 708	236 708
Total Clientes	2 685 523	5 397 884	3 045 253

A comparação efetuada entre o saldo evidenciado nos registos contabilísticos mESC 3 138 189 (2015: mESC 4 406 610) e o saldo ajustado da aplicação comercial mESC 3 392 685 (2015: mESC 4 877 132) evidenciou uma diferença líquida de mESC 254 496 (2015: mESC 470 522), dos quais mESC 177 615 (2015: mESC 197 949) se referem a pagamentos de clientes não identificados registados apenas na contabilidade, mESC 153 055 relacionados com acordos de pagamentos celebrados com diversos clientes em 2012 e anos anteriores, os quais não foram, considerados nos saldos extraídos da aplicação comercial e mESC 76 174 (2015: mESC 119 518, negativos) se encontram em processo de análise.

O saldo de mESC 4 970 647 a receber da Electra Sul resulta do saldo de mESC 3 427 051 em 2015 (2014: mESC 1 890 215) transitado do exercício anterior e

do encontro contas efetuado entre as duas entidades, com referência a 31 de Dezembro de 2016, entre (A) mESC 2 818 449 (2015: mESC 2 583 598) resultantes de (i) mESC 6 505 505 (2015: mESC 6 649 646) relacionados com saldos a receber da Electra Sul, referentes ao uso de rede, serviços partilhados e cedências de materiais, registados em clientes e (ii) mESC 3 687 056 (2015: mESC 4 066 048) referentes aos valores a pagar pela sociedade relacionados com a faturação dos serviços de produção de energia e água e serviço de cobrança, registados na rubrica de Fornecedores, deduzidos de (B) mESC 1 274 852 (2015: mESC 1 046 762) resultantes do valor líquido entre (i) pagamentos por conta efetuados pela Electra Sul a favor da Sociedade em 2016 e (ii) cobranças de clientes da Electra SA referentes ao período de 1 Janeiro a 31 de Dezembro de 2016, depositadas em contas bancárias da Electra Sul, por a Electra SA não dispor de contas bancárias disponíveis, pois estas encontram – se bloqueadas no âmbito do processo de execução fiscal municipal a aguardar julgamento.

A Sociedade detém 100% do capital da Electra Sul, respondendo, por isso, pelas suas obrigações para com terceiros. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2015 a participação financeira naquela subsidiária apresentava saldo de mESC 9 513, não obstante ela apresentar capital próprio negativo de mESC 1 538 014 e mESC 2 362 144, respetivamente. Adicionalmente, a Electra Sul apresentava (i) dívidas para com a Sociedade no montante de mESC 3 427 051 em 2015 (2014: mESC 1 890 215), não tendo sido reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, e (ii) dívidas de entidades privadas, no montante de mESC 569 000, que já em 2014 apresentavam indícios de imparidade mas, entretanto, apenas ajustados no exercício de 2015 por contrapartida do Resultado do período.

A Sociedade procedeu, em 2016, ao reconhecimento dos efeitos relativos à participação detida na Electra Sul, a título de correção de erro, tendo, em conformidade, feito a reexpressão da informação financeira do exercício de 2015, como segue:

	mESC
Capital próprio	
1. Resultados transitados	2 107 014
2. Resultado do período	255 130
	2 362 144
Ativo	
3. Participações financeiras (imparidades)	(9 513)
4. Clientes (imparidades)	(2 352 631)
	(2 362 144)

Em que:

1. Resultados transitados: representam o Capital próprio negativo da Electra Sul em 2014 no montante de mESC 1 538 014, adicionado de mESC 569 000 referentes a imparidades reconhecidas em resultados do período de 2015 quando deveriam ser em resultados do período de 2014.

2. Resultado do período: representa a imparidade em clientes que deveria ter sido reconhecida em 2015 (diferença entre o capital próprio negativo da Electra Sul em 2015 e em 2014) no valor de mESC 824 130, deduzido dos mESC 569 000.

3. Participações financeiras: representam a redução do saldo decorrente do reconhecimento da imparidade na participação financeira.

4. Clientes Imparidades): correspondem ao capital próprio negativo da Electra Sul em 2014 (mESC 1 538 014), deduzido de mESC 9 513 referentes à participação financeira, adicionados dos mESC 824 130 referidos em 2.

A rubrica de clientes faturados aos Municípios a título de iluminação pública não registou qualquer movimento no exercício de 2016.

Em 2015, a rubrica de clientes incluía (i) mESC 68 761 faturados aos Municípios a título de iluminação pública, por crédito de vendas, e (ii) mESC 11 474 de um total mESC 98 099 faturados aos consumidores a título de Contribuição para a Iluminação Pública (CIP), com contrapartida em Outras contas a pagar – CIP Municípios (Ver Nota 17 (v)). As duas contas referentes aos Municípios serão regularizadas por encontro de contas com base nas cobranças efetuadas aos consumidores.

Até 2015 a Sociedade adotava o critério de reconhecer em imparidade 100% dos saldos de clientes vencidos há mais de 12 meses (excluindo Estado e Entidades Publicas). Assim, com referência a 31 de dezembro de 2015, dado que a totalidade da dívida a receber de clientes apresentava antiguidade superior a um ano, a perda por imparidade, em saldos de clientes foi, no exercício de 2015, revertida em mESC 147 046, correspondentes a cobranças do ano, e utilizada em mESC 2 143. Salvaguardando as diferenças entre os registos contabilísticos e a aplicação comercial evidenciadas no quadro acima, o saldo resultante de mESC 2 2 672 485 cobria a totalidade dos saldos de Privados em dívida há mais de um ano, deduzidos da taxa RTC incluída no saldo de clientes, estimada em mESC 215 534.

Em 2016, o critério acima referido foi complementado com uma análise casuística do risco de crédito de alguns clientes, tendo sido classificados sem risco de crédito saldos no montante de mESC 228 157, e foi ainda considerado recuperável o valor do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído nas faturas de clientes do segmento doméstico, estimado em mESC 133 142. Em consequência, tendo por referência os saldos com antiguidade superior a um ano em 31 de dezembro de 2016 (mESC 3 034 163, segundo a aplicação comercial), deduzidos dos valores atrás referidos e da taxa RTC incluída nas faturas (mESC 231 053), as perdas imparidade acumuladas de clientes do setor privado foram revertidas em mESC 230 675.

Não foram reconhecidas perdas por imparidades relativas às dívidas do Estado (incluindo empresas públicas) e Autarquias dado ser expectativa da Administração que a sua recuperação ocorrerá a curto prazo.

Relativamente à Electra Sul, as perdas por imparidade foram aumentadas em 2016 em mESC 929 303, correspondentes ao resultado líquido negativo desta participada

em 2016, atendendo a que o saldo a receber desta participada (mESC 4 970 646) excede aquele montante.

O justo valor das contas a receber não difere do seu valor contabilístico.

A significativa diminuição do saldo de Clientes – autarquias face ao exercício anterior, no montante de mESC 1 115 221, corresponde, essencialmente, às dívidas dos Municípios relacionadas com a iluminação pública assumidas pelo Estado de Cabo Verde, por se considerar que a divida foi contraída antes da entrada em vigor da lei de Contribuição para Iluminação Pública (CIP). A regularização foi efetuada através de encontro de contas com os seguintes valores devidos pela Sociedade ao Estado de Cabo Verde:

	mESC
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado (ver Nota 16)	954 115
Retenção de imposto sobre rendimento (ver Nota 16)	189 260
Imposto de selo (ver Nota 16)	18 646
	1 162 021

NOTA 8 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

O saldo desta rubrica compreende:

	mESC	
	2016	2015
Hexing Electrical	9 636	-
Aristides Lima e Silva	3 809	-
Itrón France	-	1 643
Impordiesel	1 912	1 912
Burmeister & Wain - BWSC	1 161	1 161
Ministerio Transporte Infrast.e Energia	1 000	1 000
Sociedade Luso Africana	884	884
Uniha	664	-
Euro Mec	-	658
Outros	-	4 474
	19 066	11 732

O saldo da Hexing Electrical representa adiantamentos por conta de fornecimento de contadores de energia monofásico e trifásico para Direção de Transporte e Distribuição de Energia.

NOTA 9 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

		mESC	
		2016	2015
Curto prazo:			
Estado de Cabo Verde - Subconcessão da Boa vista	**(i)**	59 965	59 965
Valores a regularizar	**(ii)**	50 835	-
Dividendos a receber da Cabéolica		17 781	19 848
AEB	**(iii)**	13 441	11 476
Emprestimos concedidos ao pessoal	**(iv)**	2 529	2 441
Outros		13 753	67 799
		158 304	161 528
Menos:			
Pedas por imparidade acumuladas	**(v)**	(13 437)	(13 437)
		144 866	148 091

(i) Estado de Cabo Verde – subconcessão da Boa Vista

A Sociedade considera ter a receber do Estado de Cabo Verde mESC 59 965 correspondentes ao saldo líquido de ativos intangíveis (redes de distribuição) afetos à Delegação da Boavista que deixaram de se qualificar como ativo (ver Nota 4), em virtude da subconcessão das suas atividades nesta ilha.

(ii) Valores a regularizar

O saldo desta rubrica encontra-se em fase de análise e justificação. O saldo correspondente, em 2015, no valor de mESC 41 223, também de natureza devedora, havia sido compensado e apresentado em Outras contas a pagar (ver Nota 17).

(iii) AEB - Água e Electricidade de Boa Vista

Corresponde à especialização do valor a receber da AEB, referente à fatura emitida pela Cabeólica relativa ao fornecimento de energia do mês de Dezembro,

entretanto refaturada à AEB em janeiro de 2017. Um valor a pagar à Cabeólica de igual montante encontra-se incluído na rubrica de Fornecedores (ver Nota 15).

(iv) Empréstimos concedidos ao pessoal

O saldo desta rubrica compreende empréstimos atribuídos aos empregados destinados à (i) assistência na doença, (ii) remodelação de habitação e (iii) fins diversos. Estes empréstimos não vencem juros e têm um período de reembolso que poderá atingir um ano. Devido à sua imaterialidade não se procedeu ao cálculo do seu valor descontado.

Por Ilha, decompõem-se como segue:

	mESC	
	2016	**2015**
S. Vicente	1 426	1 655
Santiago	855	531
Outras Delegações	248	77
	2 529	2 263

(v) Perdas por imparidade acumuladas

As perdas por imparidade em Outras contas a receber não registaram qualquer movimento nos exercícios de 2016 e 2015.

Os saldos do Estado não foram ajustados por ser convicção da Sociedade que a sua recuperação ocorre a curto prazo.

NOTA 10 – DIFERIMENTOS (Ativo)

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, pagamentos antecipados, em 2016, de prémios de seguros relativos ao primeiro semestre de 2017.

NOTA 11 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O saldo desta rubrica compreende:

	mESC	
	2016	**2015**
Caixa	7 013	7 144
Depósitos à ordem		
Caixa Económica de Cabo Verde	3 996	6 333
Banco Caboverdiano de Negócios	4 552	4 839
Banco Comercial do Atlântico	4 096	4 818
Banco Africano de Investimentos	2 610	2 610
Banco Interatlântico	1 575	1 575
Banco Internacional Cabo Verde	1 565	1 565
Eco Bank	1 216	1 278
Novo Banco	31	122
Banco Efisa	24	24
Banco BPI	-	12
	19 665	23 176
Total de Disponibilidades	26 678	30 320
Descobertos Bancarios	(34)	(34)
Caixa e equivalentes nos fluxos de caixa	26 644	30 286

O saldo de Caixa inclui essencialmente cobranças do último dia do ano, depositadas em Janeiro do ano seguinte.

O valor relativo aos descobertos bancários encontra-se incluído na rubrica de financiamentos obtidos (Nota 14).

Os outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional no valor negativo de mESC 1487 816 evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, compreendem, essencialmente, pagamentos do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado, IUR - Imposto Único sobre Rendimento e imposto Selo relativos a exercícios anteriores, através de encontro de contas com o Estado de Cabo Verde, no valor total de mESC 1 162 020.

NOTA 12 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2016 e em 2015 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

(a) Capital realizado

Em 1999, de acordo com o Decreto-Lei nº 68/98, de 31 de Dezembro, que transformou a ELECTRA em sociedade anónima de responsabilidade limitada, o capital social da Sociedade realizado foi fixado na quantia de mESC 600 000. Em 2012 o capital social foi aumentado em mESC 985 262, sendo mESC 722 236 pelo Estado e mESC 263 026 pelo INPS, através de utilização das Prestações acessórias, cujo saldo ascendia a mESC 1 966 740. A parcela remanescente de mESC 981 478 representa prémio de emissão dessas novas ações.

O capital é detido pelas seguintes entidades:

	mESC	%
Estado de Cabo Verde	1 232 236	77.73%
Municípios de Cabo Verde	90 000	5.68%
INPS	263 026	16.59%
	1 585 262	100%

O valor do Capital Próprio da Sociedade em 31 de Dezembro de 2016 é negativo em mESC 2 576 793 (2015: mESC 2 405 135), pelo que o Conselho de Administração irá propor aos Acionistas, na próxima Assembleia Geral, a tomada de medidas para a sua resolução.

(b) Outras reservas

O saldo desta rubrica resultou do saneamento financeiro a que a Sociedade foi sujeita em 1999 e da transformação da Electra em sociedade anónima, ao abrigo do Decreto-lei Nº 68/98, de 31 de Dezembro. Podem ser utilizadas para cobertura de prejuízos ou para incorporação no capital estatutário.

(c) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Compreendem mESC 263 220 referentes a adiantamentos recebidos do Estado no âmbito do contrato de Performance e pagamentos a Obrigacionistas não institucionais, destinados a serem convertidos em capital social.

(d) Prémios de emissão

Resultaram do aumento de capital referido em (a) acima. Apenas podem ser utilizados para aumento de capital e cobertura de prejuízos.

(e) Reservas Legais

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social.

A reserva legal só pode ser utilizada para (i) cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

(f) Excedentes de revalorização

O saldo desta rubrica representa o efeito da revalorização dos ativos fixos tangíveis da Delegação da Boavista (ver Nota 3).

(g) Resultados transitados

O movimento de mESC 522 484 registado a crédito nesta rubrica resulta da aplicação do resultado líquido positivo do exercício de 2015, reexpresso, como segue:

	mESC
Reservas legais	40 927
Resultados transitados	522 484
	563 411

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2015, no valor de mESC 5 574 608 foi ajustado, por reexpressão, em mESC 2 107 014, correspondentes ao capital próprio negativo da Electra Sul em 2014 no montante de mESC 1 538 014, adicionado de mESC 569 000 referentes a imparidades reconhecidas em resultados do período de 2015 quando deveriam ser em resultados do período de 2014, pelo que o saldo reexpresso ascende a mESC 7 681 622 (ver Nota 7).

NOTA 13 – PROVISÕES

A provisão para outros riscos e encargos representa a melhor estimativa possível (baseada em informações dos serviços jurídicos) dos encargos em que a Sociedade poderá eventualmente vir a incorrer a respeito de litígios, de foro laboral, fiscal, danos materiais e humanos e outros, em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço.

A provisão foi aumentada em 2016 em mESC 26 604.

NOTA 14 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS						
A. Banco Angolano de Investimento						
Empréstimo - mESC 781 000	72 774	473 554	546 328	69 337	546 202	615 539
B. Banco Comercial do Atlântico						
Conta caucionada - mESC 300 000	-	-	-	16 999	-	16 999
Empréstimo Nº 293/99	-	-	-	10	-	10
Descoberto em depósitos à ordem	34	-	34	34	-	34
Banco Caboverdiano de Negócios						
Empréstimo - mESC 150 000	-	-	-	9 308	0	9 308
Caixa Económica de Cabo Verde						
Conta caucionada - mESC 300 000	-	-	-	6 200	-	6 200
	72 808	473 554	546 362	101 888	546 202	648 090
C. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS						
Empréstimo B	1 139 698	-	1 139 698	-	1 139 698	1 139 698
Empréstimo C	-	2 270 249	2 270 249	-	2 270 249	2 270 249
Empréstimo D	601 180	598 907	1 200 087	-	1 198 269	1 198 269
	1 740 878	2 869 156	4 610 034	-	4 608 216	4 608 216
D. EMPRÉSTIMOS DE RETROCESSÃO DO ESTADO						
Projecto de Água e Saneamento da Praia - 2ª fase	22 730	45 461	68 191	26 019	42 172	68 191
Dessalinizador Uniha	-	714 843	714 843	-	714 843	714 843
Dessalinizador Acciona	-	322 471	322 471	-	322 471	322 471
Extensão da central do Palmarejo	-	2 653 010	2 653 010	-	2 653 010	2 653 010
Projecto de Recuperação e Reforma do Sector de Electricidade						0
Extensão da central do Lazareto	-	1 800 843	1 800 843	-	1 800 843	1 800 843
Extensão da central do Palmarejo	-	2 161 137	2 161 137	-	2 161 137	2 161 137
Reforço Capacidade de produção de electricidade em São Nicolau	-	372 621	372 621	-	372 621	372 621
Reforço Capacidade de produção de electricidade em Santo Antão	-	651 168	651 168	-	651 168	651 168
Reforço Capacidade de produção de electricidade no Fogo	-	634 105	634 105	-	634 105	634 105
	22 730	9 355 659	9 378 389	26 019	9 352 370	9 378 389
	1 836 416	12 698 369	14 534 784	127 907	14 506 787	14 634 694

A. BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS

° Linha de crédito – mESC 781 000

De acordo com o contrato celebrado entre o Banco Africano de Investimentos de Cabo Verde, SA. (BAICV), Banco Angolano de Investimentos, S.A. (BAI) e a Electra, SA, em 31 de Julho de 2012, a Sociedade converteu um empréstimo, denominado financiamento intercalar no montante de mESC 781 000 para empréstimo de Médio e Longo Prazo.

Este empréstimo vence juros mensais à taxa anual de 7%, contando com uma maturidade de 126 meses.

O empréstimo encontra-se garantido por (i) aval do Estado no montante mESC 390 500 e (ii) hipoteca de primeiro grau sobre a parcela do terreno com todas as benfeitorias edificadas ou edificar, sito na zona da Palmeira - ilha do Sal, onde se situa a central elétrica da Palmeira, (iii) Penhor mercantil sobre equipamentos da central de Produção de energia da Palmeira, conforme relatório de avaliação, de

17 de Novembro de 2010, em que se anexa ao presente contrato e a listagem dos principais equipamentos no valor global de USD 6 780 000 equivalente a mESC 564 296 a favor do BAI- Cabo Verde S.A.

B. Banco Comercial do Atlântico

° Conta caucionada – mESC 300 000

Correspondia à parcela utilizada de um crédito através de descoberto na conta de depósito à ordem, concedido em Agosto de 2007, no montante máximo de mESC 300 000, por um período de 6 meses, renovável. O crédito ficou totalmente amortizado em Abril de 2016. Vencia juros à taxa anual fixa de 10%.

O empréstimo encontrava-se garantido por uma livrança em branco com convenção de preenchimento e carta de conforto da Direção Geral do Tesouro.

C. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

A condição credora da Sociedade para com os acionistas EDP e ADP havia sido adquirida pelo Banco Comercial do Atlântico (BCA) por mESC 4 394 025, tendo este concedido à Sociedade um financiamento de igual montante, destinado à liquidação desse crédito, constituído por três créditos separados e autónomos. Estes créditos foram regularizados com recurso à emissão de três empréstimos obrigacionistas, no montante global de mESC 4 552 352, nos seguintes termos e condições:

(i) Empréstimo obrigacionista B – mESC 1 139 698

Empréstimo pelo prazo de 10 anos, remunerado à taxa fixa anual de 6,65%. O pagamento de juros deverá ser feito em prestações semestrais e sucessivas, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade, no ano de 2017.

(ii) Empréstimo obrigacionista C – mESC 2 270 249

Empréstimo pelo prazo de 20 anos, remunerado à taxa variável semestral calculada entre a maior entre as taxas EURIBOR a seis meses ou a TBA divulgada pelo Banco de Cabo Verde, uma ou outra adicionada de 2,0%. O pagamento de juros deverá

ser feito em prestações semestrais e sucessivas, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade, no ano de 2027.

(iii) Empréstimo obrigacionista D – mESC 1 202 360

Empréstimo pelo prazo de 8 anos, remunerado à taxa variável semestral, calculada com base na taxa base anual (TBA) divulgada pelo Banco de Cabo Verde, adicionada de um spread de 2,45% (Floor de 6,6%). O pagamento de juros deverá ser feito em prestações semestrais e sucessivas. A amortização do principal deveria ser efetuada semestralmente em 10% do valor emitido e a partir do 6º cupão, com início em julho de 2016, o que efetivamente não aconteceu. Com efeito, no final de 2016 encontravam-se vencidas três prestações, sendo expectável a sua regularização, no decurso do ano de 2017. Este empréstimo foi contraído para liquidar o denominado Empréstimo obrigacionista A, no montante de mESC 1 142 405, o qual era remunerado à taxa fixa anual de 6,121%.

Os três empréstimos obrigacionistas encontram-se garantidos por aval do Estado de Cabo Verde.

D. EMPRÉSTIMOS DE RETROCESSÃO DO ESTADO

° Projeto de Água e Saneamento da Praia – 2ª fase

De acordo com o Contrato de Concessão entre o Governo de Cabo Verde e a Electra, assinado em 24 de Maio de 2002, o Estado de Cabo Verde entregou à Electra as obras e equipamentos que constituem a rede de drenagem pública de águas residuais das zonas do Palmarejo e Tira Chapéu e as estações elevatórias de Lém Ferreira e Chã de Areia, realizadas no âmbito da Segunda Fase do Projeto de Água e Saneamento da Praia, inserido no Programa Energia, Água e Saneamento, financiado pelo IDA - Banco Mundial. Em consequência da referida entrega, o Estado de Cabo Verde e a Electra assinaram o respetivo contrato de retrocessão, nos termos do qual o empréstimo, no valor de mESC 68 191, deveria ser amortizado em 15 prestações anuais, após um período de diferimento de 5 anos, e vence juros anuais à taxa EURIBOR acrescida de 0,75%. À data do balanço a parcela de capital vencido e não liquidado ascende a mESC 40 914.

° Dessalinizador Uniha

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e o Governo da Áustria, datado de 26 Abril de 2011, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº10PA 701, o montante de 6.482.954,40 Euros (seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e quarenta cêntimos) para o financiamento do Projeto de Ampliação da Central Dessalinizadora de Palmarejo.

Os equipamentos financiados foram entregues pelo GCV à Sociedade em Outubro de 2013, tendo as partes celebrado um Empréstimo de Retrocessão, nos seguintes termos e condições:

O empréstimo será amortizado em 27 prestações semestrais, iguais e consecutivas, após um período de graça de 6 anos, a contar a partir da data de início de funcionamento dos ativos financiados, ou seja, em 21 de Outubro de 2013, vencendo-se a primeira em Março de 2020 e a última em Setembro de 2033. Vence juros à taxa anual de 0,65%.

° Dessalinizador Acciona

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e o Instituto de Crédito Oficial de Espanha (ICO), datado de 18 Dezembro de 2009, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº01029008.0, o montante de 3.372.052,50 Euros (três milhões, trezentos e setenta e dois mil, cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos) para financiar a implementação do Projeto de Ampliação da Central Dessalinizadora de Palmarejo. Os equipamentos financiados foram entregues pelo GCV à Sociedade em 23 de Março de 2012, tendo as partes celebrado um Empréstimo de Retrocessão, nos seguintes termos e condições:

O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 20 anos, após um período de graça de 5 anos, a contar a partir da data de início de funcionamento dos ativos financiados, ou seja 23 de Março de 2012, vencendo-se a primeira em Agosto de 2017 e a última em Agosto de 2037.

Mediante um acordo entre as partes, a ELECTRA SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do empréstimo ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.

O empréstimo vence juros à taxa anual de 0,65%.

° Extensão da Central do Palmarejo

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e a Agencia Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), datado de 5 Março de 2008, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nºCAVP1, o montante de 4.468.000.000 JPY (Quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões yen Japonês) para o financiamento do Projeto de Reforço da Capacidade de Produção, Transporte e Distribuição de Eletricidade na Ilha de Santiago. Os equipamentos financiados foram entregues pelo GCV à Sociedade em Dezembro de 2012, tendo as partes celebrado um Empréstimo de Retrocessão, nos seguintes termos e condições:
O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 20 anos, após um período de graça de 5 anos, a contar a partir da data de início de funcionamento dos ativos financiados, ou seja 31 de Dezembro de 2012, vencendo-se a primeira em Junho de 2019 e a última em Junho de 2039.

Mediante um acordo entre as partes, a Electra SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do acordo de retrocessão ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.

O empréstimo vence juros à taxa anual de 0,65%.

° Projeto de Recuperação e Reforma do Sector de Eletricidade

No quadro do acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo de Cabo Verde (GCV) e o Banco Mundial (BM/ IBRD), datado de 03 Fevereiro de 2012, o referido credor pôs a disposição do GCV, através do Acordo de Empréstimo nº8115-CV, o montante de € 40.200.000,00 (Quarenta milhões e duzentos mil euros) para a implementação do Projeto de Recuperação e Reforma do Sector de Eletricidade, o qual compreende os cinco projetos identificados no quadro acima. Dos fundos disponibilizados pelo BM/ IBRD, o GCV compromete – se em ceder, sob forma de retrocessão, à Electra SA, o montante de € 37.500.000,00, correspondente a mESC

4.134.938. No âmbito deste acordo foram já retrocedidos para a Sociedade os projetos relativos às extensões das centrais do Lazareto e Palmarejo, cujo valor total ascende a mESC 3 961 980 (ver quadro acima), nos seguintes termos e condições:

(i) O empréstimo será amortizado em prestações semestrais, iguais e consecutivas, num período de 25 anos, após um período de graça de 5 anos, a contar a partir da data de início de funcionamento dos ativos financiados.

(ii) Mediante um acordo entre as partes, a Electra SA poderá antecipar a data de reembolso do montante do acordo de retrocessão ou apresentar uma outra proposta em termos de maturidade.

Seis meses após o encerramento do projeto, os montantes utilizados serão apurados entre ambas as partes e o plano de amortização, que fará parte do presente acordo, será feito pela Direção Geral do tesouro.

(iii) O empréstimo vence juros à taxa Euribor a seis meses acrescida de um spread de 1,05%.

Relativamente aos projetos de reforço da capacidade de produção de eletricidade em São Nicolau, Santo Antão e Fogo, não existindo ainda qualquer acordo formal de retrocessão com o Estado de Cabo Verde mas sendo expectável que terão o mesmo enquadramento que os dois projetos atrás referidos e estando a Sociedade na posse das centrais, procedeu-se ao reconhecimento do passivo como sendo empréstimo de retrocessão.

NOTA 15 – FORNECEDORES

	mESC	
	2016	**2015**
ARE - Agência de Regulação	332 125	292 125
Cabeólica	155 441	235 712
Wartisilla	49 656	4 458
Caterpillar Interm. Power Solutions	38 977	83 001
MTCV - Instalações Técnicas, Lda	21 892	27 371
Aguas e Energia de Boa Vista	21 666	21 666
Man Diesel	20 068	418
Ferdinand Freese	15 534	13 568
Nirosoft	12 042	12 042
Acciona	10 588	11 699
ENACOL	8 371	8 623
Papattroka	8 046	10 817
Resul	2 105	79 358
IFH	4 187	24 412
I.D. E Tecnologies, Ldt	5 195	5 195
Efacec - Maquinas Electricas, SA	4 548	4 548
Só Constroi	4 314	1 098
CV Telecom	4 213	5 562
S.T.E.T	3 552	6 526
Primavera Software	3 199	6 867
Logica -CGI	2 476	2 350
Alfa Laval	2 194	2 194
Electric Wind	1 399	3 251
Elpor	494	7 197
Vivo Energy	-	19 287
Aristides Lima e SIlva	-	3 888
Ormazabal Portugal, SA	-	3 714
Sampol IngenieRia Y Obras, SA	-	3 565
Outros	29 819	18 282
	762 101	918 794

O valor devido à ARE, totalmente vencido, refere-se à taxa de regulação do sector, o qual carece ainda de aprovação do Ministério das Finanças.

A dívida a pagar à Cabeólica resulta de fornecimentos de energia eólica, na Praia, Mindelo, Sal e Boavista, referente aos meses de Novembro e Dezembro de 2016.

Os saldos a pagar à Wartisilla, Caterpilar, Man Diesel, Ferdinand Freese, e MTCV relacionam-se, essencialmente, com o fornecimento de peças e materiais elétricos.

NOTA 16 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Saldo credor)

Os valores incluídos nesta rubrica decompõem-se como segue:

	mESC	
	2016	**2015**
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	574 305	1 107 755
IRPS - Imposto sobre Rendimento	2 701	192 268
Previdência Social	215 874	276 309
Imposto de selo	31 185	49 831
Outras	(11)	(15)
	824 055	1 626 148

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

O saldo representa o imposto a entregar ao Estado referente ao período de Agosto 2015 a Dezembro de 2016. A diminuição da dívida resulta essencialmente do Memorando de encontro de contas entre o Estado de Cabo Verde e Electra SA, assinado em 29 de Dezembro de 2016, no valor de mESC 1 162 020 (ver Nota 7), dos quais mESC 954 115 relativos ao IVA.

IRPS - Imposto sobre Rendimento

Corresponde às retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal referente a Dezembro 2016. A diminuição do saldo face ao ano anterior resulta do Memorando de encontro de contas referido no ponto acima, dos quais mESC189 260 relativos a este imposto (ver Nota 7).

Previdência social

Representa as contribuições da Sociedade para a previdência social, sendo mESC 5 012 referentes ao exercício de 2016 (mESC 4 834 referentes ao exercício de 2015) e os restantes mESC 210 873 relativos a anos anteriores (2015: mESC 271 475). A diminuição do saldo face ao ano anterior resulta do acordo assinado entre as partes em março de 2016, nos termos do qual a dívida passa a ser regularizada em 60 prestações mensais, vencendo a primeira em março de 2016 e a última em Fevereiro de 2021. Em consequência, procedeu-se à determinação do valor presente deste saldo, por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Sociedade (5,26%), tendo o mesmo sido reduzido em mESC 17 928, registados em

Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 22). As prestações regularizadas em 2016 no âmbito do acordo ascenderam a mESC 42 688.

Imposto de selo

Em 2015, o Imposto de selo sobre cobranças compreendia (i) mESC 31 533 decorrentes do não pagamento regular desde 1992 até 1998 e (ii) mESC 18 298 referentes ao período após 2009. Em 2016, o saldo foi parcialmente regularizado, no montante de mESC 18 646, no âmbito do encontro de contas com o Estado de Cabo Verde acima referido (ver Nota 7).

NOTA 17 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

		mESC	
		2016	**2015**
Electra Norte	**(i)**	305 570	341 770
Taxas RTC	**(ii)**	272 908	290 618
Estado de Cabo Verde	**(iii)**	281 173	281 173
Juros a pagar	**(iv)**	242 403	143 729
Projecto Redução de Perdas - Linha Credito Portuguesa		146 233	-
CIP	**(v)**	36 411	36 442
Credores por acréscimos de gastos		23 525	9 170
Estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias (ver Nota 21 e 1.15)		20 867	20 940
Estado - renda do prédio da sede	**(vi)**	26 175	24 555
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social		20 000	20 000
EDP - Electricidade de Portugal		16 540	16 540
Estado - projecto de electrificação de zonas rurais	**(vii)**	16 477	16 477
MCA - Millennium Challenge Account		13 137	13 290
Estado - fornecimento de potência suplementar		11 674	11 674
AdP - Águas de Portugal		6 616	6 616
Taxas RNCV		4 854	4 854
Remunerações a pagar (ver Nota 21)		4 438	4 486
Electra Sul		4 269	-
Intermediarios		2 572	2 572
Camara Municipal Boa Vista		1 918	2 198
Outras Cauções Bancarias		1 840	1 840
Valores a regularizar (ver Nota 9)		-	41 223
Outros, inferiores a mESC 2 000		121 714	95 913
Outros credores contas gerais		1 581 314	1 386 080
Credores por fornecimentos de imobilizado		34 171	31 926
Outras contas a pagar		1 615 485	1 418 006

(i) Electra Norte

O saldo de mESC 305 511 a pagar à Electra SA resulta saldo de mESC 341 770 transitado do exercício anterior e do encontro de contas efetuado entre as duas entidades, com referência a 31 de Dezembro de 2016, entre (A) mESC 1 823 431 resultantes do valor líquido entre (i) pagamentos por conta efetuados pela Electra Norte a favor da Electra SA e (ii) cobranças de clientes da Electra SA referentes ao período de 1 Janeiro a Dezembro de 2015, depositadas em contas bancárias da Electra Norte, dado que, as contas bancárias da Sociedade se encontravam bloqueadas no âmbito do processo de execução fiscal municipal, aguardando o julgamento, deduzidos de (B) mESC 1 959 950 referentes a (i) mESC 4 280 442 relacionados com saldos a receber da Electra Norte, relativos à venda de energia e água por atacado, uso de rede, serviços partilhados e cedências de materiais, registados em clientes (ver Nota 7) e (ii) mESC 2 320 492 referentes aos valores a pagar pela Sociedade relacionados com a faturação dos serviços de produção de energia e água e serviços de cobrança, registados na rubrica de Fornecedores.

(ii) Taxas RTC

O saldo desta rubrica diz respeito às taxas faturadas pela Sociedade a entregar à RTC. As taxas são pagas no mês seguinte ao do seu recebimento do cliente.

O total de taxas refaturadas no exercício de 2016, ascendeu a mESC 6 197 (mESC 9 611 em 2015), sendo a respetiva comissão de 10% sobre as cobranças efetuadas em 2015, no valor de cerca de mESC 529 (2015: mESC 849), registada em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 23).

(iii) Estado de Cabo Verde

O saldo desta rubrica, sem qualquer movimento nos últimos anos, compreende, essencialmente:

(a) mESC 156 859 referentes a pagamentos efetuados pelo Estado de Cabo Verde por conta da Sociedade a fornecedores pelo fornecimento, instalação e supervisão de montagem dos grupos G3 e G4.

(b) mESC 43 493 correspondentes ao excedente dos pagamentos efetuados pela Direção Geral do Tesouro a título de reembolso do IVA face ao saldo do referido imposto a receber registado pela Sociedade.

(c) mESC 41 076 relativos a uma transferência efetuada pela Direção Geral do Tesouro, havendo expectativa da mesma ser futuramente convertida em Capital.

(d) mESC 12 000 referentes a entrega destinada ao Projeto de construção de 8 perfurações pela empresa Montero&Ricart.

(e) mESC 28 925, relativos a uma transferência efetuada pela Direção Geral do Tesouro, para reforço da Iluminação Pública.

Não se encontram acordadas as condições de reembolso da dívida.

(iv) Juros a pagar

Compreendem, essencialmente, juros vencidos e especializados relacionados com os seguintes empréstimos (ver Nota 14):

	mESC	
	2016	**2015**
Banco Comercial do Atlântico (ver Nota 14 (A))	14 002	14 002
Estado de Cabo Verde (ver Nota 14 (D))	194 674	96 000
Juros de Obrigação ((ver Nota 14 (C))	33 726	33 726
	242 402	143 728

(vi) CIP - Municípios

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública e "incide sobre o fornecimento de energia elétrica, sendo devida a título mensal por cada consumidor de energia elétrica fornecida pela Concessionária" faturados aos clientes de acordo com BO nº4 I Série de 21 de Janeiro 2013. Assim, um saldo de igual montante integra a rubrica de Clientes (ver Nota 7), que após cobrado deverá ser entregue aos municípios.

(vii) Estado – renda do prédio da sede

O saldo desta rubrica corresponde a rendas de parte do edifício da sede, referentes ao período de 2000 a 2016, devidas ao Estado.

(viii) Estado – projeto de eletrificação de zonas rurais

O saldo desta rubrica corresponde à parcela remanescente da comparticipação atribuída pelo Estado, no exercício de 2007, no âmbito do projeto de eletrificação de zonas rurais nas ilhas de Santiago, São Nicolau, Fogo e Maio.

NOTA 18 – DIFERIMENTOS (PASSIVO)

O saldo desta rubrica inclui, essencialmente, (i) mESC 55 416 (2015: mESC 60 045) referente ao excedente dos ativos tangíveis, líquidos, afetos à produção recebida dos Municípios integrados na ELECTRA sobre a participação dos mesmos no capital social da Sociedade, e (ii) mESC 93 542 (2015: mESC 114 517) referentes a subsídios de investimento recebidos do Estado para aquisição de ativos tangíveis também afetos à produção. O valor proporcional das depreciações do exercício é compensado em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 22).

NOTA 19-VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E GASTO COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

As vendas por tipo de produto podem ser apresentadas da seguinte forma:

	mESC	
	2016	**2015**
Partes relacionadas		
Electra Norte		
Electricidade		
KWh por atacado	2 608 881	2 831 022
Uso de rede de electricidade	194 759	135 575
Água		
M3 por atacado	452 911	496 732
Uso de rede de água	92 134	59 266
Cedência de materiais	207 864	230 054
Serviços partilhados	73 321	58 631
	3 629 870	3 811 279
Electra Sul		
Electricidade		
KWh por atacado	4 200 813	4 413 327
Uso de rede de electricidade	233 683	173 822
Água		
M3 por atacado	715 248	836 315
Uso de rede de água	94 023	73 415
Uso de rede de saneamento	61 096	57 814
Cedência de materiais	260 936	120 317
Serviços partilhados	89 236	79 837
	5 655 035	5 754 848
	9 284 905	9 566 127

Vendas por atacado e uso de rede

Conforme referido na Nota Informação Geral, a Sociedade e a suas subsidiárias celebraram o Contrato de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção, nos termos do qual é transferida para as subsidiárias o estabelecimento de exploração de produção de energia elétrica e água dessalinizada e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização.

Nos termos do Contrato assinado entre as partes, o Estabelecimento compreende as seguintes atividades:

a) Planear, produzir e entregar nas redes de transporte e distribuição, conforme for o caso, em qualidade e nos horários definidos entre as Partes, as unidades volumétricas de energia elétrica e de água para consumo humano que vier a ser ordenada pela Cedente;

b) Operar os equipamentos e instalações das unidades produtoras, na forma mais económica, eficiente e eficaz possível.

Nesta base, as vendas às partes relacionadas correspondem aos montantes faturados pela Sociedade à Electra Sul e Electra Norte referentes ao fornecimento de eletricidade e água e a sua distribuição na rede, no âmbito do Contrato de Fornecimento por Atacado, nos termos do qual estas se comprometem a adquirir à Electra SA toda a energia elétrica e água saídas das centrais de produção e induzidas respetivas redes.

Na formação do preço de compra entram:

i) Os gastos de produção debitados pela Electra Sul, no âmbito do Contrato de cedência de exploração de produção.
ii) Os gastos dos departamentos da Electra SA relacionados com as atividades de planeamento e gestão de infra-estruturas, do comprador único e da regulação económica, os quais incluem:
    - Gastos de funcionamento dos departamentos;
    - Gastos com pessoal de departamentos;
    - Quota-parte dos custos de serviços partilhados que lhe sejam atribuídos.

iii) Custos e rentabilidade de ativos de produção, os quais incluem:

- Amortização e depreciação;
- Rentabilidade do valor líquido dos ativos afetos, fixada em 1,5%.

Pela venda por atacado, a Sociedade fatura às subsidiárias o equivalente a 17,23 e 168,67 (2015: 19,21 e 213,56) escudos por cada KWh de energia e tonelada de eletricidade e água vendida, respetivamente. As quantidades faturadas foram de 395 222 994 KWh (2015: 377 113 475 KWh) de eletricidade e 6 925 704 toneladas (2015: 6 242 026) de água.

Pelo uso de rede de distribuição, a Sociedade fatura às subsidiárias o equivalente a 1,78, 49,40 e 77,89 (2015: 1,29, 36,86 e 73,77) escudos por cada KWh de energia, tonelada de água vendida e m3 de caudal de água tratada, respetivamente. As quantidades faturadas foram de 240 668 705 KWh (2015: 239 842 263 KWh) de eletricidade, 3 768 371 toneladas de água (2015: 3 599 598 toneladas) e 784 401 m3 (2015: 783 703 m3) de caudal de água tratada

Cedência de materiais

Representam o custo de materiais diversos de consumo vendidos, ao preço de custo, às duas subsidiárias.

Serviços partilhados

Relacionam-se com valores faturados às duas subsidiárias no âmbito do contrato de prestação de serviços partilhados, em que a Sociedade presta serviços nas áreas de suporte aos negócios e em áreas complementares da gestão.

Os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas em 2016 e 2015 foram os seguintes:

	mESC	
	2016	2015
Custo Produção	5 220 685	5 736 634
Compra de energia	1 052 689	1 064 767
Materiais Diversos	339 822	443 818
Compra de água	16 824	10 405
	6 630 020	7 255 624
Variação do Consumo	-8,62%	-10,38%
Aumento da produção de electricidade	4,80%	4,60%
Aumento da produção de água	11,00%	-1,10%
Consumo de Materiais diversos	-23,43%	30,98%

O Custo de produção corresponde aos gastos de produção de eletricidade e água faturados pelas subsidiárias, Electra Sul e Electra Norte, de acordo com os termos do Contrato de cedência de exploração de produção, incluindo:

- Custos de compra de combustível

- Custos de manutenção;

- Gastos de funcionamento dos departamentos de produção;

- Gastos com pessoal de departamentos de produção;

- Quota-parte de custos de serviços partilhados que lhes sejam atribuídos.

NOTA 20 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

		2016	2015
Trabalhos especializados	**(i)**	271 906	53 602
Conservação e reparação	**(ii)**	56 253	106 001
Comunicação		29 918	34 697
Seguros	**(iii)**	21 364	21 311
Serviços bancários	**(iv)**	2 821	4 984
Comissões a intermediários	**(v)**	3 260	6 939
Vigilância e protecção		6 338	7 301
Rendas e alugures		3 280	6 448
Combustível		2 331	2 900
Material Escritório		2 351	1 734
Outros		23 140	27 510
		422 963	273 427

(i) Trabalhos especializados

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, (i) mESC 238 185 referentes a serviço assistência técnica prestados pela Wartisilla, no âmbito do contrato assinado com a Electra SA, (ii) mESC 14 730 (2015: mESC 14 726) referentes ao serviço de manutenção do sistema comercial Elag, (iii) mESC 4 157 (2015: mESC 11 664) relativos à assistência técnica prestada pela Primavera ao sistema ERP, (iv) mESC 2 129 (2015: mESC 1 799) de serviços de auditoria e (iv) mESC 4 574 relativos a serviço de montagem reactância da ilha Santo Antão e São Nicolau.

(ii) Conservação e reparação

Relacionam-se com gastos de manutenção e conservação dos equipamentos afetos à produção de eletricidade e água.

(iii) Seguros

Esta rubrica regista os custos relacionados com os serviços de seguros de incêndio das centrais, seguro obrigatório de viaturas e seguro de responsabilidade civil.

(iv) Serviços bancários

Compreendem, essencialmente, comissões de serviços prestados pelas instituições financeiras.

(v) Comissões a intermediários

Esta rubrica regista os custos relacionados com os serviços de cobrança prestados pela Electra Norte e Electra Sul, no âmbito do contrato de prestação serviço de cobrança de dívidas.

NOTAS 21- GASTOS COM O PESSOAL

As despesas com o pessoal apresentam a seguinte composição:

	mESC	
	2016	**2015**
Ordenados e salários	107 159	94 655
Encargos sobre remunerações	23 519	22 296
Subsídio de natal	9 000	8 409
Subsídio de férias	10 603	8 241
Isenções de horário	12 916	11 476
Subsídio de coordenação	12 152	11 614
Remuneração dos órgãos sociais	13 308	14 190
Outros gastos com pessoal	13 140	6 806
	201 797	177 688
Nº Médio de Funcionários	110	96
Nº de Funcionários no final do ano	111	101
Nº de Efectivos	91	89
Nº de Contratados a prazo	20	14

NOTAS 22 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica é composta pelos seguintes itens:

	mESC	
	2016	**2015**
Compensação de depreciações de activos tangíveis subsidiados (ver Notas 1.1, 3 e 18)	20 974	21 201
Dividendos	17 781	19 848
Reafacturações - período anterior a 30 de Junho de 2013	28 375	4 569
Efeito do desconto da dívida ao INPS (ver Nota 17)	17 928	-
Compensação de depreciações de activos tangíveis recebidos dos Municípios (ver Nota 18)	4 629	5 417
Regularização de férias e subsídio de férias	-	995
Comissão sobre cobrança de taxas de rádio e televisão	529	849
Outros ganhos	8 648	15 417
	98 865	68 296

NOTAS 23 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica é composta pelos seguintes itens:

	mESC	
	2016	**2015**
Taxa de regulação (ver Nota 15)	40 000	40 000
Abate Motor CAT1-Lazareto- Sinistro (ver Nota 3)	-	31 995
Refacturações - período anterior a 30 de Junho de 2013	19 918	11 579
Impostos directos e indirectos	7 563	10 910
Outras perdas	7 993	15 013
	75 475	109 497

A Taxa de regulação faturada anualmente pela Entidade Reguladora ascende a mESC 40 000 (ver Nota 15).

NOTA 24 – GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES

O saldo de mESC 1 304 554 compreende mESC 1 218 207 (2015: mESC 1 082 829) de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3) e mESC 86 347 (2015: mESC 80 583) de amortizações de ativos intangíveis (ver Nota 4).

NOTA 25 – JUROS E GANHOS SIMILARES OBTIDOS

O valor registado representa juros de mora debitados a clientes devido a atrasos na liquidação das faturas.

NOTA 26 – JUROS E PERDAS SIMILARES SUPORTADOS

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, os juros referentes aos seguintes empréstimos (ver Nota 14):

	mESC	
	2016	**2015**
Empréstimos obrigacionistas	230 562	245 408
Empréstimo do Estado	98 674	22 004
Banco Angolano de Investimentos	41 068	45 639
Banco Comercial do Atlântico		
- Linhas de crédito e conta caucionada	623	5 069
Ecobank	578	24 382
Banco Caboverdiano de Negócios	93	3 083
Bolsa de Valores		
- Custódia de obrigações	2 767	2 767
- Despesas emissão de obrigações	2 297	2 297
- Comissão relativa á operação de venda de obrigações	1 500	2 477
Outros juros	1 493	8 557
	379 655	361 683

Os juros da Ecobank dizem respeito ao acordo tripartido entre a Enacol, a Electra SA e a Ecobank, nos termos do qual a Electra assume o pagamento integral de todos os custos relacionados com uma facilidade de crédito (comissões, juros e impostos associados) concedida à Enacol pela Ecobank, a título de compensação pelo atraso na liquidação das faturas daquele fornecedor.

NOTA 27 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Conforme referido na Nota 1.8, com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento

do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Apesar de apresentar resultados positivos em 2015 e 2014 nos montantes de mESC 818 541 e de mESC 225 856 respetivamente, a Sociedade não registou qualquer valor em Imposto Sobre o Rendimento (IUR), por ter reportado prejuízos apurados em anos anteriores, como segue:

	mESC
Resultados contabilísticos	
2012	(823 446)
2013	(80 743)
2014	225 858
2015	818 541
Reporte de prejuízos de anos anteriores:	
Exercício de 2011 (100%)	(225 858)
Exercício de 2012 (100%)	(818 541)
	(1 044 399)

Em 2015, os Impostos diferidos ativos de mESC 20 589 resultantes do prejuízo referente ao exercício de 2013, reportável até ao exercício de 2016, não foram registados devido à imprevisibilidade da sua recuperação. Pela mesma razão, os impostos diferidos de mESC 43 773, resultantes do prejuízo apurado em 2017 (mESC 171 657) não foram contabilizados.

Não foram considerados quaisquer ajustamentos à matéria coletável por não serem significativos.

NOTA 28 – RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações como segue:

	mESC		
	2016	2015 (Apresentado)	2015 (Reexpresso)
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	(171 657)	818 541	563 411
Número de acções	1 585	1 585	1 585
Resultado por acção básico (ESC)	(108)	516	355

NOTA 29 - GARANTIAS

À presente data, as garantias prestadas pela Sociedade relacionam-se essencialmente com financiamentos obtidos, conforme se descreve na Nota 14.

Adicionalmente, nos termos da cláusula 18ª do contrato de concessão, a Sociedade deverá entregar ao Estado de Cabo Verde uma garantia bancária correspondente a 2,5% das receitas de exploração do ano anterior ao da assinatura do contrato, o que até esta data ainda não aconteceu.

NOTA 30 - PARTES RELACIONADAS

(i) Excetuando os Municípios e o próprio Estado de Cabo Verde na qualidade de clientes, os principais saldos e transações ocorridas entre a Sociedade, o Estado de Cabo Verde, a Electra Norte, a Electra Sul, e a Cabeólica, sumarizam-se como segue (em mESC):

	Balanço					Transações		
	Clientes	Contas a Receber	Contas a Pagar	Fornecedores	Emprestimos	Vendas e prestação de serviços	Juros	Compras
	(ver Nota 7)	(ver Nota 9)	(ver Nota 17)	(ver Nota 15)	(ver Nota 14)	(ver Nota 19)	(ver Nota 26)	
2016								
Estado	-	59 965	281 173	-	9 378 389	-	98 674	-
Cabéolica	-	-	-	155 441	-	-	-	1 370 287
Electra Norte	-	-	305 511	-	-	3 629 870	-	2 223 794
Electra Sul	4 970 647	-	-	-	-	5 655 035	-	3 519 777
2015								
Estado	-	59 965	281 173	-	9 378 389	-	22 004	-
Cabéolica	-	-	-	235 712	-	-	-	1 359 068
Electra Norte	-	-	341 770	-	-	3 811 279	-	2 519 928
Electra Sul	3 427 050	-	-	-	-	5 754 876	-	4 176 953

(ii) Não existem transações com os Administradores.

(iii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Despesas com o pessoal ascendem a mESC 11 097 (2015: mESC 12 190) e as do Conselho Fiscal a mESC 1 388 (2015: mESC 1 710).

NOTA 31 - EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Em Janeiro de 2014, a Sociedade foi condenada, no âmbito do processo de execução fiscal municipal, pelo Tribunal Judicial da Comarca da Praia a pagar ao Município da Praia o montante de mESC 704 311 pela ocupação do solo e subsolo do domínio público municipal e do espaço aéreo do território municipal.

No prazo legal, a Sociedade impugnou o referido processo de execução fiscal junto do Supremo Tribunal de Justiça, pugnando pela inexistência da obrigação de pagamento da quantia exequenda.

Presentemente o processo encontra-se em fase de julgamento, não sendo previsível uma data para o seu desfecho, dado tratar-se de um processo de litigância complexa e inédita nos tribunais em Cabo Verde. Há ainda a possibilidade de recurso ao Tribunal Constitucional. É entendimento da Administração que não é provável que a Sociedade venha a assumir este encargo, até pelo facto do custo

de ocupação de espaços municipais nunca ter sido elegível para o cálculo da tarifa pela entidade reguladora. Assim, caso venha a ser condenada a Sociedade entende que será compensada pela via da tarifa ou por outra via.

Por identidade de razão, outros municípios reclamam da Sociedade compensação pelo uso dos seus espaços, não havendo, entretanto, quaisquer decisões judiciais.

Decorre presentemente o processo de transferência da distribuição de água, na cidade da Praia (Unbundling), conforme disposições conjugadas da Resolução nº 69/2016, de 16 de Setembro, publicada no BO nº 50, série I, e do decreto-lei 59/2016, de 14 de Novembro, publicado no BO 65, série I, e que criaram as condições para se proceder à transferência da titularidade dos serviços de distribuição de água e saneamento para o Município da Praia e este celebrar o contrato de delegação dos referidos serviços com a empresa intermunicipal AdS – Águas de Santiago. Em 30 de Janeiro de 2017, foi assinado entre a Electra Sul e a AdS, o contrato de venda em alta de água dessalinizada na Praia. Adicionalmente, está definido um cronograma de transição dos serviços, apontando o desfecho do processo para o segundo semestre do ano de 2017. Assim, no quadro da reestruturação do Sector da Água em curso na Ilha de Santiago, a partir do próximo dia 1 de Julho, o serviço de distribuição de água, transita para a AdS – Águas de Santiago, que passará a ser a empresa distribuidora de água e gestora da carteira de clientes na Cidade da Praia. A Produção de água dessalinizada continua a cargo da Electra.

Importa ainda referir a fase final de negociação de uma nova série de empréstimo obrigacionista no montante de mESC 1 950 000, com o objetivo de reestruturação da dívida e normalização dos termos de financiamento da obrigação série D, sendo (i) mESC 1 139 698 roll over do empréstimo obrigacionista série B (ii) mESC 601 180 pagamento parcial das prestações do empréstimo série D e (iii) mESC 209 122 para realização de novos investimentos. O referido empréstimo terá o prazo de 8 anos, remunerado à taxa fixa anual de 5,6%. O pagamento de juros deverá ser feito em prestações semestrais e sucessivas, com amortização ao par, de uma só vez, na data do 16º cupão.

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer outro acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

NOTA 32 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO

	mESC	
	2016	2015
Acréscimo de gastos		
Especialização de compra de energia e agua de Dezembro	648	-
Espcialização de Manutenção	15 087	-
Especialização de juros (ver Nota 17 (iv))	242 402	177 454
Acréscimos de gastos diversos	23 525	9 170
	281 662	186 624
Acréscimo de rendimentos		
Acréscimos de rendimentos diversos	1 879	2 722
Diferimentos de gastos		
Seguro	13 536	13 509
Outros	809	824
	14 345	14 332
Diferimentos de rendimentos		
Activos tangíveis recebidos dos Municípios (ver Nota 18)	55 416	60 045
Subsídios de investimento recebidos do Estado (ver Nota 18)	93 542	114 517
Diferimentos de rendimentos diversos	801	801
	149 760	175 363

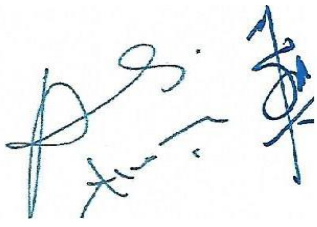
NOTA 33 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

Resultante do contrato de concessão a Electra comprometeu-se a efetuar um determinado conjunto de investimentos, não se conseguindo neste momento determinar o montante ainda não realizado.

NOTA 34 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

pwc

Relatório do Auditor Independente

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SA (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas a) a f) apresentadas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SA em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

a) Conforme se refere na Nota 7 do anexo às demonstrações financeiras, verifica-se uma diferença não justificada no valor de 76 174 milhares de Escudos (mESC) (2015: mESC 119 518) entre o saldo da rubrica de Clientes e o saldo da aplicação comercial que lhe serve de suporte. Nas circunstâncias, não nos é possível avaliar o potencial efeito que a análise e conciliação desta diferença provocaria nas demonstrações financeiras anexas. Adicionalmente, a Sociedade procedeu, em 2016, à alteração de estimativa contabilística em relação às perdas por imparidade em saldos a receber de clientes do setor privado, não sendo possível aferir sobre a razoabilidade da reversão de mESC 230 675 registada no exercício de 2016 e do saldo resultante de mESC 2 444 532 à data do balanço. Acresce o facto de as dívidas de entidades públicas e autarquias em 31 de dezembro de 2016 no valor de mESC 364 100 (2015: mESC 1 469 367) não terem sido objeto de análise de imparidade, pese embora apresentarem antiguidade mínima de 42 meses. Não existindo acordos de regularização para este montante, consideramos que não se encontram reunidas todas as condições que nos permitem concluir sobre o grau de recuperação destas dívidas nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.

b) Conforme se refere na Nota 17 do anexo às demonstrações financeiras, a Sociedade transferiu para as suas subsidiárias a totalidade das cauções prestadas pelos clientes no ato de assinatura dos contratos de fornecimento de eletricidade e água, quando uma parcela não quantificada, deveria ser regularizada por contrapartida de valores a receber de clientes em situação de incumprimento. Nas circunstâncias, não estamos em condições de determinar o efeito que a obtenção de informação adicional teria nas demonstrações financeiras anexas.

c) A Sociedade não dispõe de um modelo de apuramento dos desvios tarifários e de recuperação dos mesmos, pelo que não estamos em condições de avaliar os efeitos nas demonstrações financeiras anexas associados a esta situação.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o nº 893, NIF 200119036

d) Conforme se refere na Nota 9 do anexo às demonstrações financeiras, a Sociedade considera ter a receber do Estado de Cabo Verde o valor de mESC 59 965, relativo às redes de distribuição da ilha da Boavista, na sequência do término da referida concessão. Não tendo esse valor sido ainda aceite pelo Estado de Cabo Verde, pese embora o Protocolo de Intenção assinado entre as partes em janeiro de 2008 prever que a Sociedade seja indemnizada "em montante a ser apurado", não estamos em condições de concluir com a segurança necessária sobre a recuperabilidade do referido saldo de mESC 59 965.

e) Até à data de emissão do presente relatório, não foi possível aos Serviços da Sociedade proceder à justificação de um saldo de mESC 50 385 (2015: mESC 41 223) que integra a rubrica de Outras contas a receber (ver Nota 9 do anexo às demonstrações financeiras), pelo que não estamos em condições de concluir sobre a sua razoabilidade.

f) A Sociedade detém 100% do capital das da Electra Sul, Sociedade Unipessoal, S.A. e da Electra Norte, Sociedade Unipessoal, S.A., respondendo, por isso, pelas suas obrigações para com terceiros. Ambas as subsidiárias apresentam dívidas de entidades públicas e autarquias no montante total de cerca de mESC 908 000, com antiguidade elevada e sem qualquer ajustamento por imparidade. Não existindo acordos de regularização para essas dívidas, consideramos que não se encontram reunidas as condições que nos permitem concluir sobre o grau de recuperação das mesmas, nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas segundo o princípio de continuidade normal das atividades da Sociedade no futuro próximo. Contudo, a sua situação económico-financeira naquela data apresentava os seguintes indicadores relevantes:

(i) O capital próprio em 31 de dezembro de 2016 apresenta-se negativo em mESC 2 576 793 (ver Nota 12 do anexo às demonstrações financeiras). De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, é intenção do Conselho de Administração propor na próxima Assembleia Geral a resolução desta situação. No caso de não ser tomada qualquer deliberação pode o acionista ou qualquer credor requerer ao tribunal a dissolução da Sociedade, enquanto aquela situação se mantiver.

(ii) O ativo realizável a curto prazo, no montante de cerca de mESC 1 170 000, excluindo o saldo líquido a receber da Electra Sul, Sociedade Unipessoal, SA, é insuficiente para fazer face às responsabilidades de curto prazo de cerca de mESC 5 055 000 (ver Nota 1.12 (iv) do anexo às demonstrações financeiras). Adicionalmente, os encargos financeiros anuais com os financiamentos ascendem a aproximadamente mESC 380 000 (ver Nota 26 do anexo às demonstrações financeiras).

Neste contexto, a capacidade da Empresa solver os seus compromissos e a evolução futura das suas atividades estão dependentes da manutenção do apoio financeiro do seu acionista, o Estado de Cabo Verde.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além das matérias descritas na secção "Bases para a Opinião com Reservas", consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

Matérias relevantes de auditoria	***Síntese da abordagem de auditoria***
Ativos afetos à concessão	
Divulgações relacionadas com os ativos afetos à concessão apresentadas nas Notas 1.1 (ii) e 4 das demonstrações financeiras. As atividades de distribuição de energia elétrica e água são exercidas no âmbito de um contrato de concessão celebrado com o Estado de Cabo Verde. Atendendo às caraterísticas da concessão, o tratamento contabilístico dos bens afetos à concessão segue a IFRIC 12 do Internacional Financial Reporting Interpretations Comitee que, entre outros aspetos, estabelece que as obrigações contratuais de manter ou restabelecer as condições das infra-estruturas devem ser reconhecidas e mensuradas de acordo com a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Para tal a Electra elabora planos de investimento de substituição dos bens da concessão de forma a avaliar o registo das respetivas provisões.	A abordagem de auditoria para este tema incluiu, entre outros, a verificação da correta aplicação da IFRIC 12 aos ativos afetos à concessão, em especial a razoabilidade do critério de amortização adotado, a atualização do plano de substituição dos ativos de concessão e a eventual aplicabilidade de uma margem sobre os investimentos de expansão realizados pela Empresa. Verificamos ainda a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
Pela relevância e complexidade que a aplicação do IFRIC 12 apresenta e ainda o nível de julgamento em relação aos investimentos de substituição, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	
Recuperabilidade dos investimentos em subsidiárias e partes relacionadas	
Divulgações relacionadas com os investimentos financeiros em subsidiárias e saldos e transações com as mesmas e outras partes relacionadas apresentadas nas Notas 1.4, 5 e 30 das demonstrações financeiras. A Electra detém participações financeiras no montante de mESC 641 932, registadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo analisadas a cada data de relato por forma a identificar indícios de imparidade. Na qualidade de entidade dominante, ao deter 100% do capital da Electra Sul, Sociedade Unipessoal, S.A. e da Electra Norte, Sociedade Unipessoal, S.A., responde, por isso, pelas suas obrigações para com terceiros, sendo registada uma provisão sempre que tal se mostre necessário. A Electra transmitiu para as duas subsidiárias o estabelecimento de exploração de transporte e distribuição de energia elétrica e água e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização, através de Contratos de Subconcessão. Complementarmente, as partes celebraram Contratos de Cedência do Estabelecimento de Exploração de Produção, nos termos dos quais é transferida para as duas filiais o estabelecimento de exploração de produção de energia elétrica e água dessalinizada e de recolha e tratamento de águas residuais para reutilização. Fruto destes contratos estabelecem-se diversas transações entre as empresas. Pela sua relevância, complexidade e nível de julgamento este tema constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	A abordagem de auditoria para este tema incluiu, entre outros, a compreensão e avaliação dos procedimentos de controlo associados aos investimentos financeiros e transações com as subsidiárias, análise de imparidade dos investimentos financeiros e dos saldos a receber das subsidiárias, análise do reconhecimento pela Electra das responsabilidades das suas subsidiárias para com terceiros, bem como a razoabilidade dos saldos e transações com as subsidiárias, enquadrados nos contratos celebrados. Foi ainda verificada a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

23 de junho de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

pwc

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos o respetivo Relatório do Auditor Independente, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente;

iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer que:

i) seja aprovado o relatório de gestão;

ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Direito, Avenidade Cidade de Lisboa, Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o nº 893, NIF 200119036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, n.º 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista da O.R.O.C. sob o nº 183 e na C. M. V. M. sob o nº 20161485

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

23 de junho de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.